

bizfeira

**Norte Porto ganha
emprego mas
não recupera
dos anos da troika**

Guimarães, Gaia, Famalicão,
Braga e Feira entre os concelhos
onde o desemprego mais baixou

Jornal de Notícias 2 de março de 2017

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

2016



Índice

I. Introdução.....	4
Enquadramento Legal	6
Perímetro de Consolidação	8
Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação	10
II. Análise Económica e Financeira.....	11
Balanco Consolidado	11
Ativo.....	14
Circulante	15
Passivo.....	18
Dívida de médio e longo prazo	21
Dívida de curto prazo	23
III. Demonstração de Resultados Consolidados.....	25
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	27
1. Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas.....	28
2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	30
3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	31
4. Informações relativas ao endividamento de médio longo prazo	34
5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	37
6. Informações relativas a compromissos	37
7. Informações relativas a políticas contabilísticas.....	43
8. Informações relativas a determinadas rubricas	47
9. Informações diversas	55
10.Outras Informações Relevantes	57

Índice Quadros

Quadro 1 – Balanço Consolidado	11
Quadro 2 – Ativo Circulante	15
Quadro 3 – Disponibilidades do Grupo Municipal.....	16
Quadro 4 – Estrutura do Passivo	18
Quadro 5 – Evolução da Dívida Grupo	20
Quadro 6 – Dívida de Médio e Longo Prazo.....	21
Quadro 7 – Dívida de Curto Prazo.....	23
Quadro 8 – Demonstração de Resultados Consolidados.....	25
Quadro 9 – Estrutura dos Custos/Proveitos	26

Índice Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura e Evolução do Grupo	13
Gráfico 2 – Estrutura do Ativo	14
Gráfico 3 – Ativo Circulante.....	16
Gráfico 4 – Peso Fundos Próprios	17
Gráfico 5 – Estrutura do Passivo	18
Gráfico 6 – Evolução da Dívida.....	20
Gráfico 7 – Dívida Total.....	21
Gráfico 8 – Composição Dívida Médio e Longo Prazo.....	22
Gráfico 9 – Componente da Dívida de Curto Prazo	24

I. Introdução

Nos últimos anos tem-se assistido por parte das entidades internacionais, bem como das entidades nacionais, a um grande esforço de delimitar o vínculo e o campo da responsabilidade e, conseqüentemente, analisar quais as necessidades dos *stakeholders* da informação contabilística.

A reforma da contabilidade pública iniciada na década de noventa, ainda se encontra em curso e em crescente evolução, exemplo de tal é a adoção ao no Sistema Contabilístico SNC-AP que deverá entrar em vigor em 01/01/2018. Neste contexto, inserem-se as contas consolidadas, com o objetivo de apresentar a situação económico-financeira e os resultados de um conjunto de entidades, como se de uma única entidade económica se tratasse.

A razão para a consolidação de contas no setor público, e citando Gonçalves (2007:70) resulta de um paradoxo: por um lado, o que motivou o nascimento desta técnica no âmbito empresarial foi a problemática derivada dos agrupamentos empresariais, mas no setor público, trata-se de colmatar contabilisticamente as carências de informação produzidas pela desagregação das várias entidades.

Ao longo dos tempos, tem-se assistido em Portugal a uma alteração do paradigma das atribuições e competências dos municípios, que numa lógica de grupo municipal, recorrem a formas organizacionais para colmatar lacunas próprias, como, no caso do Município de Santa Maria da Feira, ao constituir a empresa Feira Viva E.M.

Segundo Maldonado, *“uma das ferramentas que pode contribuir para o controlo do grupo local é a consolidação de contas uma vez que ao elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procura dar, tanto quanto possível, uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de entidade que integram o grupo local”*.

Em geral, a consolidação de contas visa alcançar os seguintes objetivos:

- Melhorar o processo de tomada de decisão;
- Potenciar o controlo;
- Melhorar a informação financeira do grupo;

- Facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

A análise das contas individuais não permite uma visão alargada da situação financeira do grupo municipal, pelo que a apresentação das contas consolidadas é de importância extrema para uma avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas, bem como da necessidade da objetividade e transparência da informação.

A informação financeira proveniente das contas consolidadas, permite melhorar o nível da avaliação do risco financeiro, o controlo e a coordenação das diferentes entidades que interagem entre si. Facilita a tomada de decisão e respetivo controlo por parte das entidades e do respetivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, informação de relevância extrema para efeitos de controlo do défice público, e que converge de forma inequívoca no sentido das boas práticas de governança.

Assim, para além das contas individuais do Município, as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, também são obrigatórias apresentar, conforme a prerrogativa prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Esta ferramenta de gestão procura dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, sendo o reflexo da entidade, para o exterior, dela dependendo a sua imagem pública.

Enquadramento Legal

A publicação da Nova Lei da Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, revogando, entre outras, a Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, contém, para além de importantes mudanças legislativas, também mudanças ao nível da consolidação.

De acordo com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, por “entidades mãe” ou “entidades consolidantes”.

De acordo com o estipulado no artigo 75.º, n.º 3, do referido diploma, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (artigo 75.º, n.º 6).

As demonstrações financeiras consolidadas de 2016 deverão ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo 75.º da NLFL, pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º deverão ser submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

Apesar das alterações ocorridas ao normativo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, ainda persiste a inexistência de procedimentos contabilísticos de consolidação, pelo que, se continua a adotar o estabelecido na Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, através da qual aprova a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, cujo âmbito se aplica aos municípios através das instruções provenientes do SATAPOCAL-Subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL, “Consolidação de Contas pelos Municípios publicada pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL)” no dia 28 de abril de 2011.

Desta forma, e pelo quarto ano consecutivo se apresentam as contas consolidadas do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, relativamente ao ano económico de 2016, com as devidas alterações impostas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

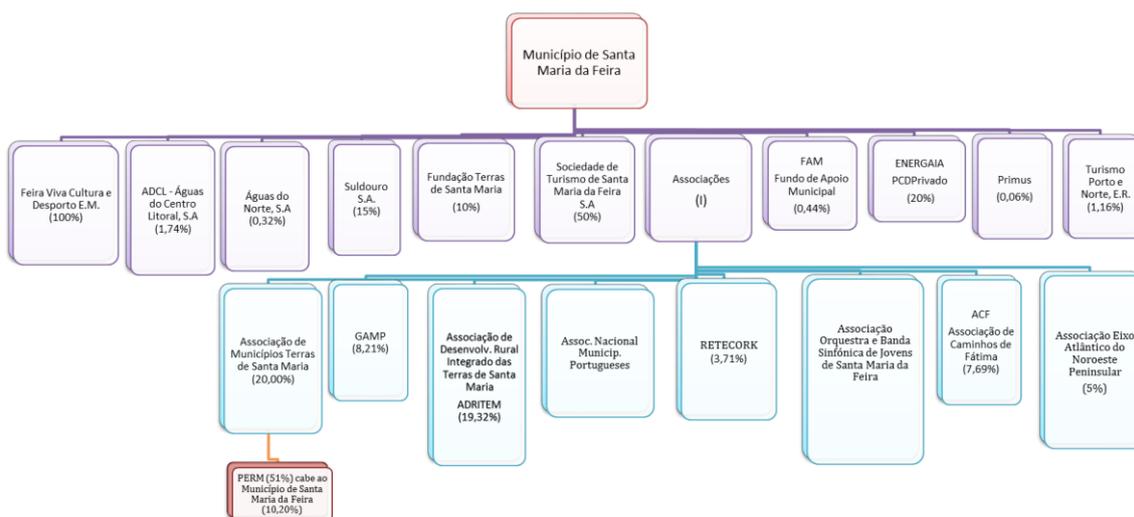
O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- Primeira parte, é realizada uma apreciação acerca do perímetro de consolidação do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira e caracterização das respetivas entidades;
- Segunda parte, é efetuada uma análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidada, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal;
- Terceira e última parte, é composta pelos anexos às demonstrações financeiras consolidadas, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Por último, junta-se a apreciação das contas com a certificação legal das mesmas.

Perímetro de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira era composto de acordo com o seguinte organograma.



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, nomeadamente no artigo 75.º n.º 3, define uma ampliação do grupo municipal consolidante, em que a consolidação deverá ser realizada com as entidades detidas ou participadas, quer de forma direta ou indireta.

Ora, decorre do exposto, que deixa de ser apenas as entidades detidas a 100% pelo município que consolidam, abrangendo outras entidades, caso se aplique o preceituado no n.º 4 do mesmo artigo.

No que concerne ao perímetro de consolidação, não se pode confundir ou pretender que seja idêntico ao perímetro das entidades que relevam para a dívida total dos municípios.

Deste modo:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município;

- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (cfr. art.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (cfr. art.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e arts. 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31/ago);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (cfr. art.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) é sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (cfr. art.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31/ago) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades a que aludimos (pois, neste caso, não é suscetível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar:

- a) Por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outras entidades, pela verificação dos pressupostos previstos no art.º 75º, n.ºs 4 e 5, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Por outro lado, se se trata das entidades especificamente elencadas no art.º 75º, n.º 6, do RFALEI, relativamente às quais o pressuposto indicado no parágrafo anterior é irrelevante, pois, como já referimos, as entidades previstas na referida norma são sempre consolidadas (ainda que, atendendo ao disposto no art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, conjugado com o ponto 6.5. da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, eventualmente com métodos de consolidação diferenciados).

Nos termos do art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, apenas “Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos (...) definidos para as entidades do setor público administrativo “(ou seja, os previstos na Portaria e Orientação) é que são aplicáveis à consolidação de contas dos municípios, entidades intermunicipais e associativas municipais.

Nos Anexos às Demonstrações Financeiras, será explanado em quadro próprio quais as entidades que não se enquadram dentro do perímetro de consolidação.

Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M..

A empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., adiante designada Feira Viva, foi constituída em 24 de novembro de 2000, é uma pessoa coletiva pública dotada de personalidade jurídica, registada com o NIF 505 520 151, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual é tutelada pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, única titular da totalidade do capital social.

A missão da Feira Viva enquadra-se na “administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de caráter socioeconómico e científico”, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expetativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.

II. Análise Económica e Financeira

Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado é o mapa contabilístico que retrata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2016, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

O Balanço Consolidado no Quadro 1 apresenta devidamente agrupados e classificados, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações, para o biénio 2016/2015, servindo assim, como uma comparação aos elementos financeiros ativos, aos passivos e aos fundos próprios do grupo.

Quadro 1 – Balanço Consolidado

Descrição	2016		2015		Δ 2016/2015 Valor	Δ 2016/2015
Activo						
Imobilizado	269.342.369,16 €	84,44%	267.893.107,68 €	85,45%	1.449.261,48 €	0,54%
Circulante						
Existências	354.634,51 €	0,11%	352.913,20 €	0,11%	1.721,31 €	0,49%
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.818.095,98 €	1,20%	5.787.936,46 €	1,85%	-1.969.840,48 €	-34,03%
Disponibilidades	24.333.685,76 €	7,63%	18.834.272,62 €	6,01%	5.499.413,14 €	29,20%
Acréscimos e Diferimentos	21.115.046,35 €	6,62%	20.625.515,11 €	6,58%	489.531,24 €	2,37%
Total do Activo	318.963.831,76 €	100,00%	313.493.745,07 €	100,00%	5.470.086,69 €	1,74%
Fundos Próprios						
Património	87.550.325,98 €	27,45%	87.040.101,00 €	27,76%	510.224,98 €	0,59%
Reservas e Ajustamentos	31.598.219,23 €	9,91%	31.410.932,33 €	10,02%	187.286,90 €	0,60%
Resultados transitados	86.297.296,56 €	27,06%	72.449.108,49 €	23,11%	13.848.188,07 €	19,11%
Resultados Líquidos	11.982.550,61 €	3,76%	11.055.562,82 €	3,53%	926.987,79 €	8,38%
Total Fundos Próprios	217.428.392,38 €	68,17%	201.955.704,64 €	64,42%	15.472.687,74 €	7,66%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	3.655.840,47 €	1,15%	3.896.614,65 €	1,24%	-240.774,18 €	-6,18%
Dívidas a terceiros						
Emprestimos	26.388.609,46 €	8,27%	35.146.561,56 €	11,21%	-8.757.952,10 €	-24,92%
FAM/Subvenções Reembolsáveis	1.936.182,83 €	0,61%	2.058.697,05 €	0,66%	-122.514,22 €	-5,95%
Dívidas a terceiros - curto prazo	9.842.291,54 €	3,09%	8.395.351,22 €	2,68%	1.446.940,32 €	17,24%
Acréscimos e Diferimentos	59.712.515,08 €	18,72%	62.040.815,95 €	19,79%	-2.328.300,87 €	-3,75%
Total Passivo	101.535.439,38 €	31,83%	111.538.040,43 €	35,58%	-10.002.601,05 €	-8,97%
Total dos Fundos Próprios + Passivo	318.963.831,76 €	100,00%	313.493.745,07 €	100,00%	5.470.086,69 €	1,74%

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Da análise ao Balanço Consolidado conclui-se que à data de 31 de dezembro de 2016 o total do ativo líquido consolidado atingiu o montante de 318.963.831,76 €, sendo notória a preponderância dos ativos imobilizados, a representar cerca de 84,44% do Ativo Líquido Total. Quando comparado com o Balanço da empresa mãe permite confirmar a contínua influência do Município enquanto entidade consolidante.

A Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, não integra a consolidação de contas, uma vez que, a sua inclusão é imaterial, em virtude de o peso do balanço não alcançar os 0,04% do valor total do balanço consolidado. O custo resultante da sua consolidação relativamente aos benefícios decorrentes é superior em virtude de não existir segurança, não colocando em causa, o princípio da comparabilidade.

De seguida aparece o ativo circulante e os acréscimos e diferimentos, com uma representatividade de 8,94 % e 6,62 %, respetivamente.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 101.535.439,38 €, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 38.167.083,83 €, cujo maior contributo advém da componente dos empréstimos de médio e longo prazo, com o montante de 26.388.609,46 €.

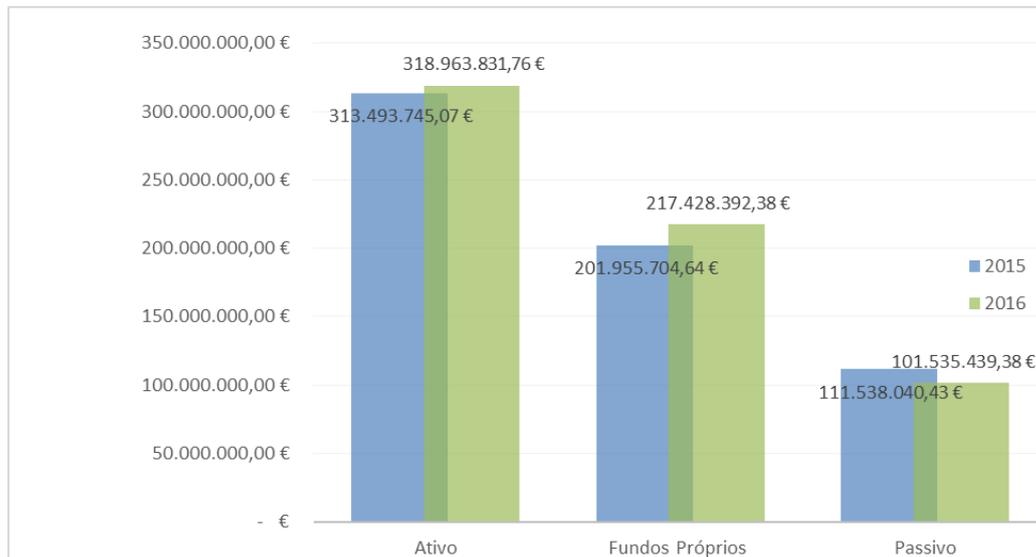
Os Fundos Próprios consolidados ascendem a 217.428.392,38 €, dos quais 87.550.325,98 € representam o valor do seu património, assumindo cerca de 40,27% do seu total.

Na análise do balanço, atendendo à especificidade dos Ativos e Passivos Municipais, constata-se que o endividamento de médio e longo prazo obteve uma diminuição que ascendeu a 8.880.466,32 €.

No que concerne à dívida a curto prazo (sem cauções e garantias bancárias), obteve um comportamento diferente à dívida de médio e longo prazo, a qual aumentou em 1.446.940,32 € que corresponde a 17,24%.

Quanto aos acréscimos e diferimentos passivos, obtiveram uma diminuição de 2.362.835,41 €.

Gráfico 1 – Estrutura e Evolução do Grupo



Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2016, e se comparado com os valores de 2015, constatamos que:

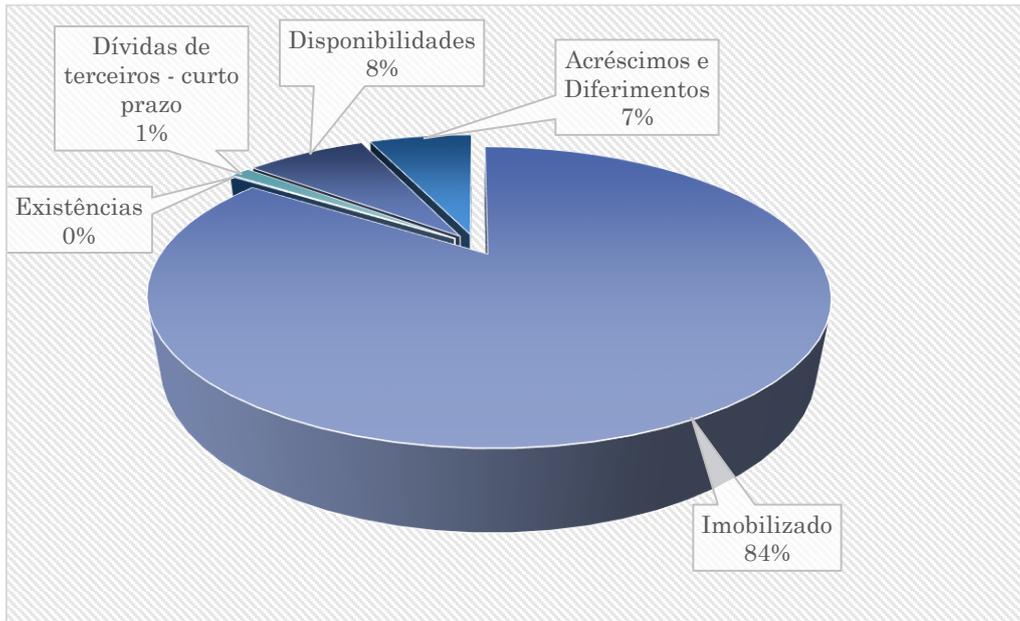
- O Ativo, apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 1,74%, o qual resultou apenas de um aumento das disponibilidades em 29,20% e inversamente uma diminuição das dívidas de terceiros em 34,03%;
- O Passivo, teve um comportamento inverso ao ativo, com um decréscimo acentuado de -8,97%, essencialmente, devido ao comportamento das dívidas de médio e longo prazo de -23,87%;
- Os Fundos Próprios aumentaram 7,66%, para o que contribuiu, em especial, o aumento dos resultados transitados em 19,11%.

Em síntese, verifica-se uma continuidade na diminuição no grau de dependência do grupo face aos capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo o qual passou de 15,79% para 13,11%.

Ativo

O Gráfico 2, evidencia como o ativo do grupo se encontra distribuído fornecendo uma perspetiva real do peso de cada componente no Ativo Total.

Gráfico 2 – Estrutura do Ativo



Da análise do Balanço do grupo à data de 31 de dezembro de 2016, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 318.963.831,76 €.

A estrutura do ativo, permanece idêntica ao do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 84,44%, seguido das disponibilidades em 7,63%.

Circulante

O ativo circulante, totaliza o montante de 28.506.416,25 € que representa 8,94% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros a curto prazo e disponibilidades.

O Ativo circulante aumentou 14,14% relativamente ao ano transato, aumento este que se traduziu na quantia de 3.531.293,97 €.

Quadro 2 – Ativo Circulante

Circulante	2016	2015
Existências		
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	322 684,77 €	320 377,81 €
32 Mercadorias	31 949,74 €	32 535,39 €
Dívidas de Terceiros Curto Prazo		
211 Clientes c/c	107 347,77 €	42 405,34 €
212 Contribuintes c/c	53 192,99 €	62 536,15 €
213 Utentes c/c	1 931 178,68 €	2 987 464,58 €
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 892,09 €	3 892,09 €
24 Estado e Outros Entes Públicos	989 000,38 €	14 316,94 €
26 Outros devedores	733 484,07 €	2 677 321,36 €
Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa		
11 Caixa	8 373,44 €	14 317,00 €
12 Depósito em instituições financeiras	24 325 312,32 €	18 819 955,62 €
Total	28 506 416,25 €	24 975 122,28 €

Como se pode constatar no Quadro 2, a rubrica que obteve um contributo notável no ativo circulante do Grupo Municipal foram as Disponibilidades, constituídas pelos valores em Caixa e Depósitos em Instituições Bancárias, em cerca de 85,33%.

O montante de 24.333.685,76 € inclui o valor de 2.403.078,56 € que corresponde ao saldo de gerência de operações não orçamentais, valores estes que não resultam da atividade do Grupo Municipal, mas sim, valores pertencentes a entidades terceiras, cujo montante se encontra á guarda do Grupo Municipal.

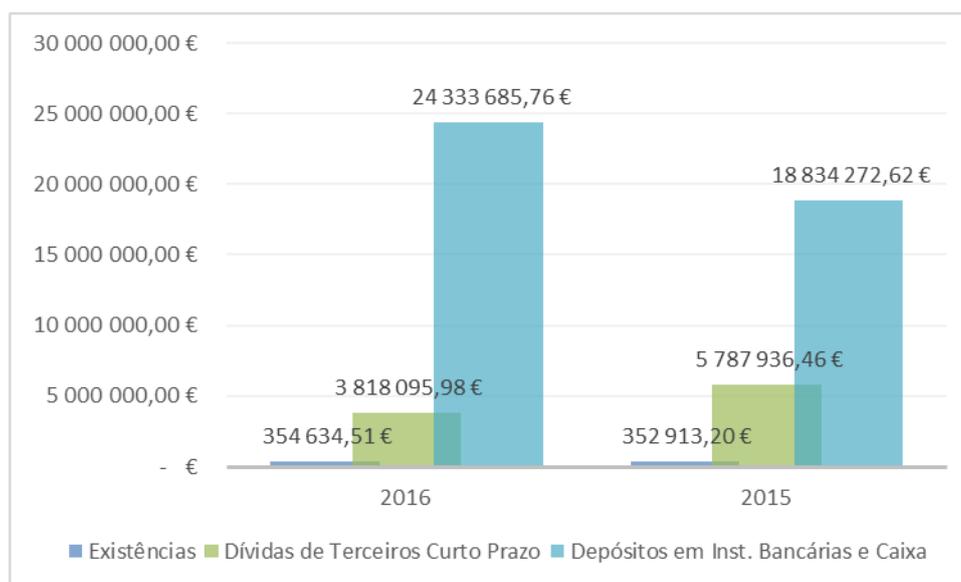
Com efeito, o valor de 21.930.607,20 €, diz respeito á atividade operacional do Grupo Municipal, resultado do balanceamento entre o total da receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga durante o exercício económico de 2016.

No Quadro 3 demonstra-se a composição do Grupo Municipal na rubrica disponibilidades:

Quadro 3 – Disponibilidades do Grupo Municipal

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	18 834 272,62 €	Despesas orçamentais	61 160 615,15 €
Execução orçamental	17 303 320,31 €	Correntes	39 369 113,37 €
Operações de tesouraria	1 530 952,31 €	Capital	21 791 501,78 €
Receitas	65 787 902,04 €	Operações de Tesouraria	3 077 387,67 €
Correntes	58 672 842,03 €	Saldo para a gerência seguinte	24 333 685,76 €
Capital	7 106 006,74 €	Execução orçamental	21 930 607,20 €
Outras	9 053,27 €	Operações de tesouraria	2 403 078,56 €
Operações de Tesouraria	3 949 513,92 €		
Total	88 571 688,58 €	Total	88 571 688,58 €

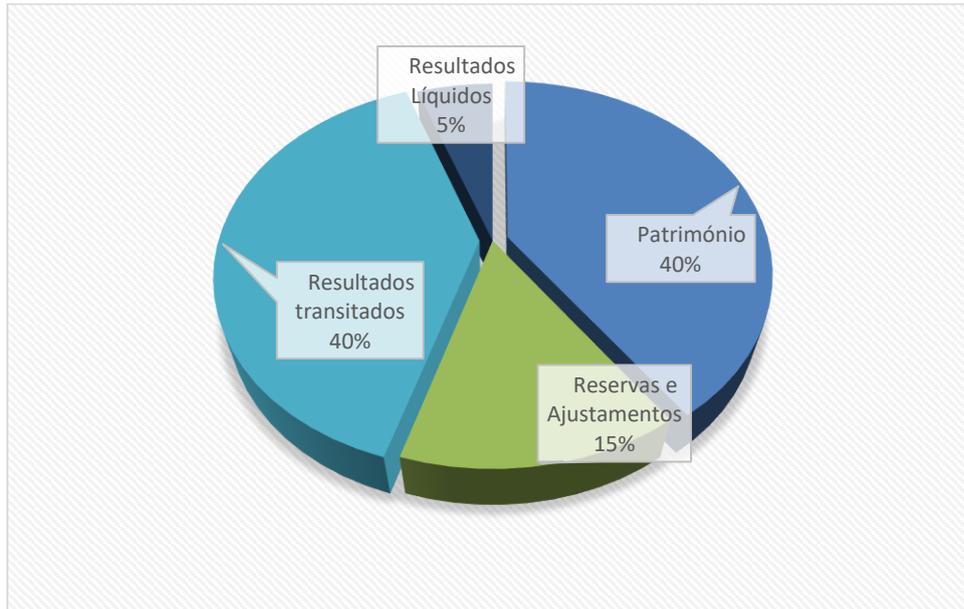
Gráfico 3 – Ativo Circulante



Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal, são constituídos pelo Património, Reservas e Ajustamentos, Resultados Transitados e Resultados Líquidos, sendo o Património o que detém maior peso (40,26%), seguido dos Resultados Transitados (39,70%).

Gráfico 4 – Peso Fundos Próprios



Os Fundos Próprios do Grupo Municipal totalizaram no final de 2016 o valor de 217.428.392,38 €, que corresponde a um aumento face a 2015, em 7,66%.

As componentes que mais contribuíram para este aumento, foram os Resultados Transitados em 19,11%, seguidos dos Resultados Líquidos em 8,38% que corresponderam respetivamente a 13.848.188,07 € e 926.987,79 €.

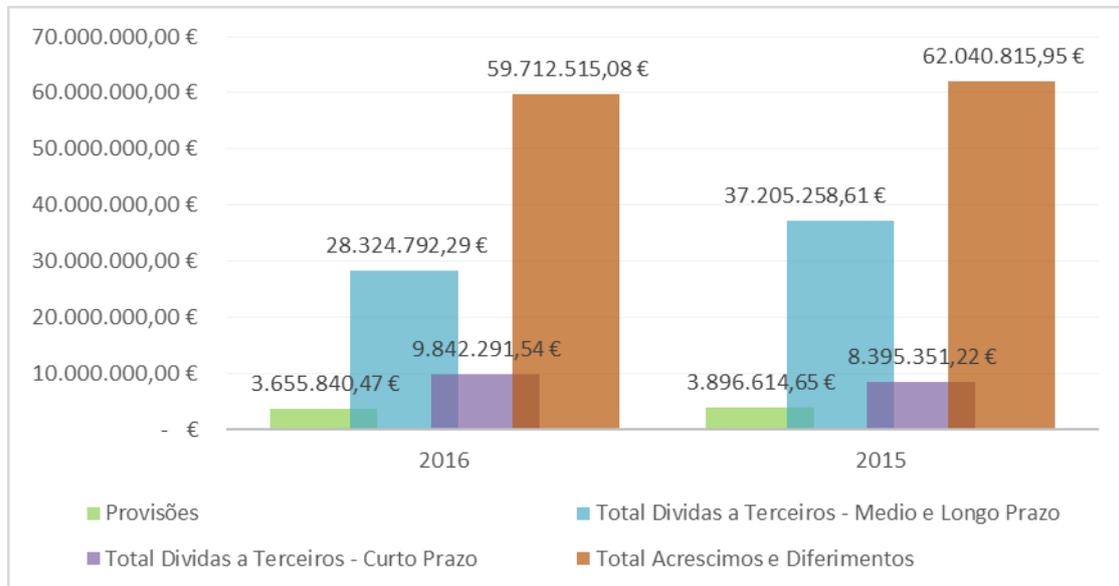
O impacto no aumento dos Fundos Próprios advém essencialmente dos Resultados Transitados e dos Resultados Líquidos gerados pela empresa mãe.

Passivo

Quadro 4 – Estrutura do Passivo

Evolução do Passivo	2016	2015
Provisões	3.655.840,47 €	3.896.614,65 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
Empréstimos de Médio e longo prazos	26.388.609,46 €	35.146.561,56 €
FAM/Subvenções Reembolsáveis	1.936.182,83 €	2.058.697,05 €
Total Dívidas a Terceiros - Medio e Longo Prazo	28.324.792,29 €	37.205.258,61 €
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	- €	- €
Empréstimos mlp_a mortizações exigíveis a cp	4.254.220,50 €	4.690.524,06 €
Adiantamentos por conta de vendas	637.505,02 €	293.239,88 €
Fornecedores c/c	961.130,34 €	802.978,17 €
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	780.270,71 €	170.575,28 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Fornecedores de imobilizado c/c	18.648,46 €	52.832,68 €
Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confe	31.026,39 €	7.605,61 €
Estado e outros entes públicos	360.080,40 €	295.021,46 €
Administração autárquica	13.120,35 €	6.063,53 €
Outros credores	1.191.314,37 €	734.550,33 €
Garantias e Cauções	1.594.975,00 €	1.341.960,22 €
Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	9.842.291,54 €	8.395.351,22 €
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2.975.842,22 €	2.476.718,69 €
Proveitos diferidos	56.736.672,86 €	59.564.097,26 €
Total Acrescimos e Diferimentos	59.712.515,08 €	62.040.815,95 €
Total Passivo	101.535.439,38 €	111.538.040,43 €

Gráfico 5 – Estrutura do Passivo



A análise efetuada atende à informação contida no balanço consolidado, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Como é dado observar à data de 31 de dezembro de 2016, o passivo consolidado do Grupo Municipal atingiu o montante de 101.535.439,38 € tendo-se verificado uma diminuição no valor de 10.002.601,05 €, relativamente ao ano de 2015, e que corresponde a -8,97%.

Evolução da dívida Grupo Municipal

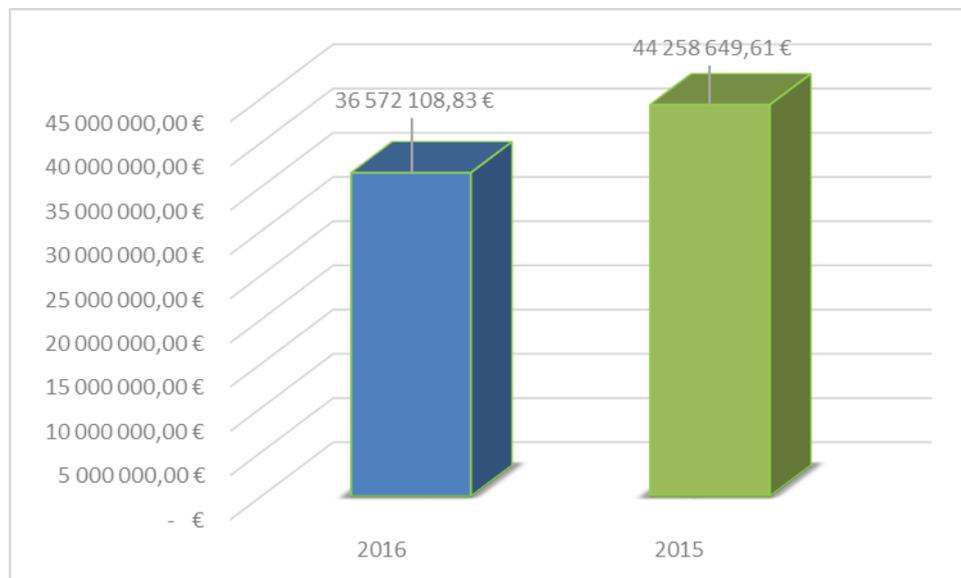
Na análise da dívida, será incluída toda a dívida, quer comercial, financeira, as operações de natureza não orçamental, excluindo-se da análise as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do Município.

O quadro que se encontra abaixo, retrata a evolução da dívida global do grupo para o biénio 2016/2015.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Grupo

Descrição da Natureza da Dívida	2016	2015	Δ 2016/2015
Dívida de médio e longo prazo	28 324 792,29 €	37 205 258,61 €	-23,87%
Dívida de curto prazo (sem OT)	8 247 316,54 €	7 053 391,00 €	16,93%
Dívida Total	36 572 108,83 €	44 258 649,61 €	-17,37%

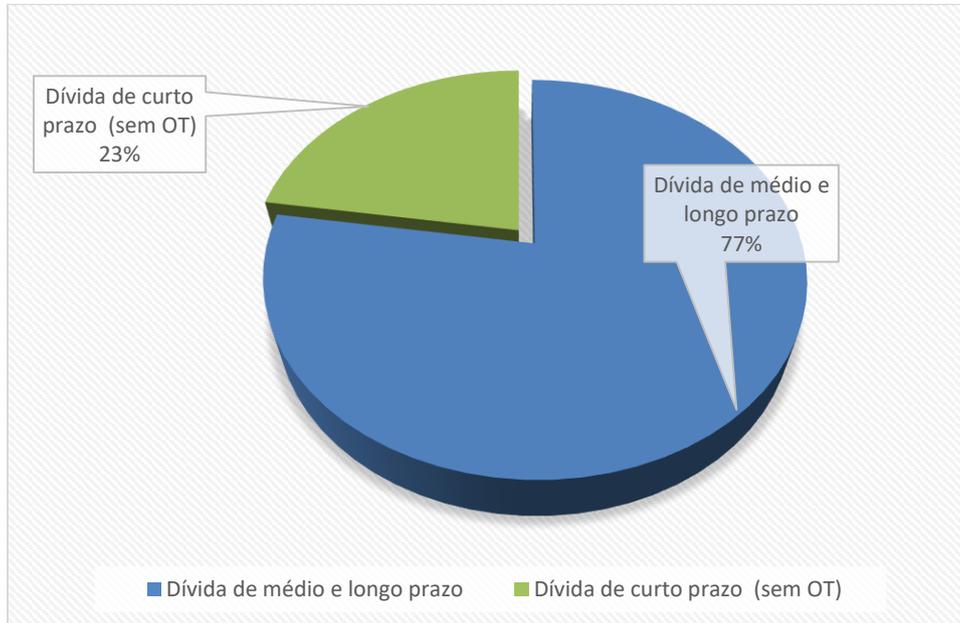
Gráfico 6 – Evolução da Dívida



Da análise do Quadro 5, pode-se constatar que a dívida do grupo atingiu no ano de 2016 o montante global de 36.572.108,83 €, montante este, que reflete um abatimento em relação ao ano transato no montante de 7.686.540,78 €, ou seja, -17,37%.

No que concerne à componente de médio e longo prazo, infere um abatimento de 8.880.466,32 €, ou seja, -23,87%.

Gráfico 7 – Dívida Total



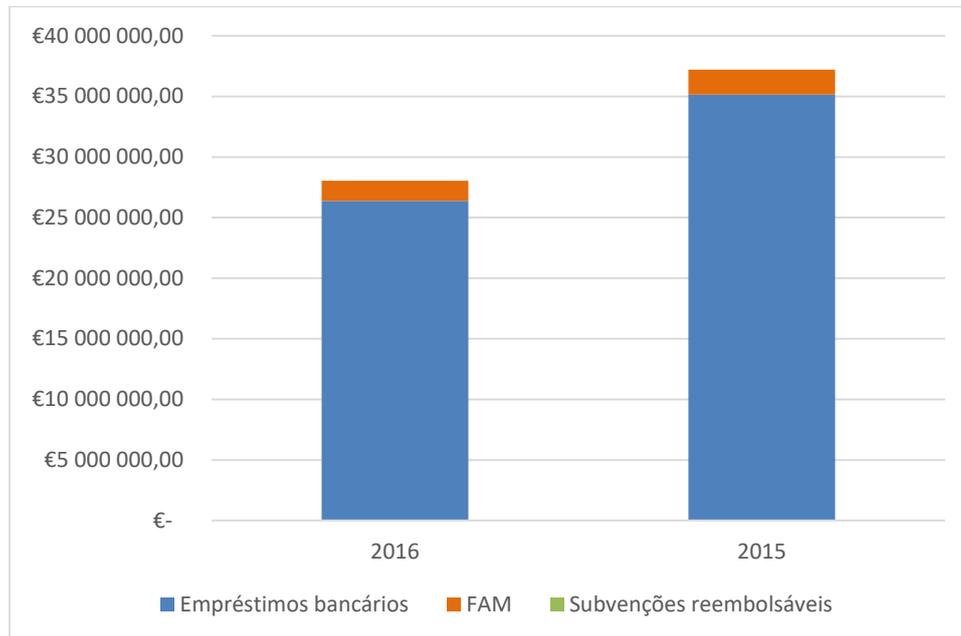
Dívida de médio e longo prazo

Em 2016, a dívida de médio e longo prazo do Grupo Municipal, obteve uma diminuição que ascendeu a 8.880.466,32 € relativamente ao ano de 2015, perfazendo um total em dívida de 28.324.792,29 €, como se pode constatar no Quadro 6:

Quadro 6 – Dívida de Médio e Longo Prazo

Dívida de médio e longo prazo	2016	2015	Δ 2016/2015
Empréstimos bancários	26 388 609,46 €	35 146 561,56 €	-24,92%
FAM	1 646 959,05 €	2 058 697,05 €	-20,00%
Subvenções reembolsáveis	289 223,78 €	- €	
Dívida Total	28 324 792,29 €	37 205 258,61 €	-23,87%

Gráfico 8 – Composição Dívida Médio e Longo Prazo



Esta diminuição resulta, para além das amortizações ordinárias, da amortização extraordinária realizada ao pagamento do PAEL, no montante de 4.499.984,46 €. A par desta diminuição encontra-se o pagamento das tranches referentes ao Fundo de Apoio Municipal que se traduziu no valor de 411.738,00 €.

Tendo em consideração o contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, assinado no âmbito da operação “EEIP – Eficiência Energética na Iluminação Pública” procedemos ao reajuste contabilístico das subvenções reembolsáveis, em dívidas de médio e longo prazo, bem como a curto prazo, ao qual resultou num pequeno aumento da componente desta dívida.

Quanto à componente dívida de curto prazo, registou um pequeno aumento, contudo, a natureza desta dívida, encontra-se devidamente consolidada e controlada, tendência que se tem verificado ao longo dos últimos quatro anos.

Dívida de curto prazo

A evolução da dívida de curto para o biénio 2016/2015 encontra-se espelhada no Quadro 7 infra:

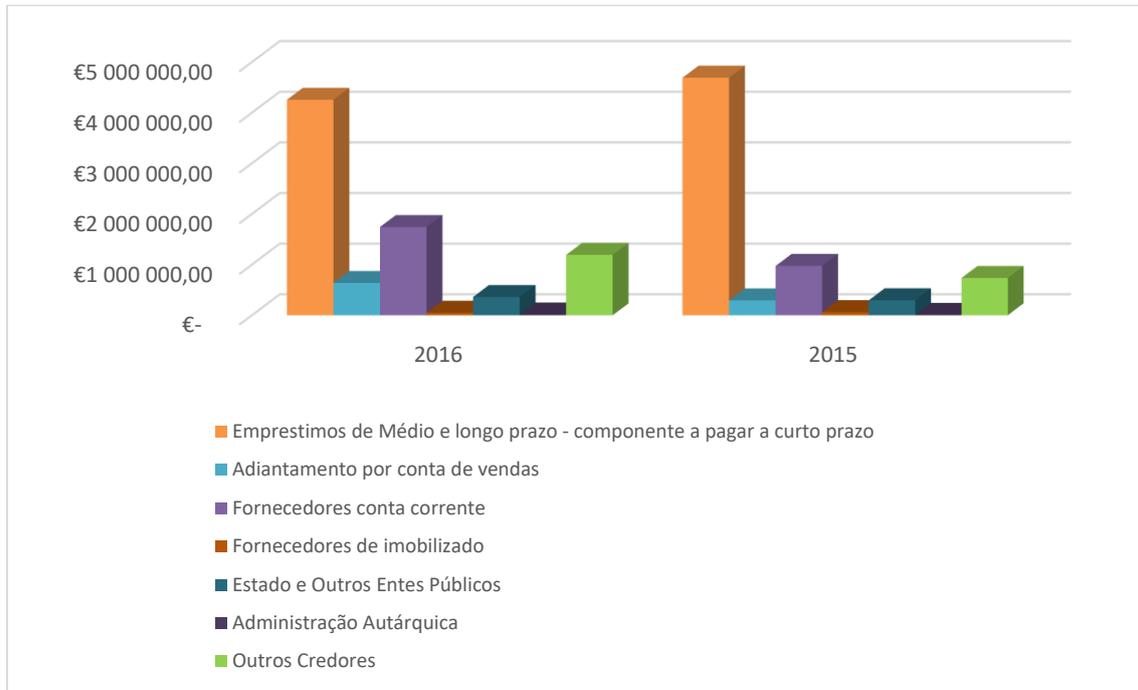
Quadro 7 – Dívida de Curto Prazo

Dívida de Curto Prazo	2016	2015	Δ 2016/2015
Emprestimos de Médio e longo prazo - componente a pagar a curto prazo	4 254 220,50 €	4 690 524,06 €	-9,30%
Adiantamento por conta de vendas	637 505,02 €	293 239,88 €	117,40%
Fornecedores conta corrente	1 741 401,05 €	973 553,45 €	78,87%
Fornecedores de imobilizado	49 674,85 €	60 438,29 €	-17,81%
Estado e Outros Entes Públicos	360 080,40 €	295 021,46 €	22,05%
Administração Autárquica	13 120,35 €	6 063,53 €	116,38%
Outros Credores	1 191 314,37 €	734 550,33 €	62,18%
Total	8 247 316,54 €	7 053 391,00 €	16,93%

A 31 de dezembro de 2016, e expurgando o montante das garantias bancárias, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 8.247.316,54 €, neste valor, estão contidos 2.403.078,56 € que correspondem a operações de tesouraria.

Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, aumentou de 2015 para 2016, em 1.193.925,54 €, que corresponde a 16,93%.

Gráfico 9 – Componente da Dívida de Curto Prazo



III. Demonstração de Resultados Consolidados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2016.

Quadro 8 – Demonstração de Resultados Consolidados

Código das Contas	Descrição	Exercícios	
		2016	2015
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	52 473,17	46 251,67 €
	Matérias	2 431 493,21	1 425 010,07 €
		2 483 966,38 €	1 471 261,74 €
62	Fornecimentos e serviços externos:	19 939 872,56 €	18 372 598,53 €
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	11 771 819,79 €	11 768 811,45 €
643 a 648	Encargos sociais	3 467 932,67 €	3 313 248,41 €
		15 239 752,46 €	15 082 059,86 €
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	2 829 398,74 €	2 355 981,99 €
66	Amortizações do exercício	7 731 221,23 €	7 789 429,17 €
67	Provisões do exercício	1 199 253,62 €	1 775 595,35 €
65	Outros custos operacionais	266 480,89 €	265 068,56 €
	(A)	49 689 945,88 €	47 111 995,20 €
68	Custos e perdas financeiros	438 863,06 €	561 508,39 €
	(C)	50 128 808,94 €	47 673 503,59 €
69	Custos e perdas extraordinários	3 839 234,74 €	2 598 734,39 €
	(E)	53 968 043,68 €	50 272 237,98 €
88	Resultado líquido do exercício.....	11 982 550,61 €	11 055 562,82 €
	(X)	65 950 594,29 €	61 327 800,80 €
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		
7112+7113	Venda de produtos	68 593,63 €	47 348,31 €
	(B)	- €	- €
712	Prestações de serviços	11 358 112,69 €	10 714 280,95 €
		11 426 706,32 €	10 761 629,26 €
		11 426 706,32 €	10 761 629,26 €
72	Impostos e taxas	26 991 024,15 €	26 316 619,80 €
(a)	Variação da produção	- €	- €
75	Trabalhos para a própria entidade	1 990 689,79 €	985 416,62 €
73	Proveitos suplementares	1 022,44 €	679,32 €
74	Transferências e subsídios obtidos	19 971 065,01 €	19 688 020,94 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	36 361,76 €	45 771,02 €
	(B)	48 990 163,15 €	47 036 507,70 €
		60 416 869,47 €	57 798 136,96 €
78	Proveitos e ganhos financeiros	290 944,07 €	165 335,89 €
	(D)	60 707 813,54 €	57 963 472,85 €
79	Proveitos extraordinários	5 242 780,75 €	3 364 327,95 €
	(F)	65 950 594,29 €	61 327 800,80 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	10 726 923,59 €	10 686 141,76 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	- 147 918,99 €	- 396 172,50 €
	Resultados Correntes: (D - C)	10 579 004,60 €	10 289 969,26 €
	Resultados Líquido do Exercício: (F - E)	11 982 550,61 €	11 055 562,82 €

Quadro 9 – Estrutura dos Custos/Proveitos

Estrutura dos Custos		
	2016	2015
Materias primas e subsidiarias	4,51%	2,93%
Fornecimentos e serviços	36,95%	36,55%
Transferências e subsidios	5,24%	4,69%
Pessoal	28,24%	30,00%
Amortizações	14,33%	15,49%
Outros custos operacionais	0,49%	0,53%
Custos extraordinários	7,11%	5,17%
Provisoes	2,22%	3,53%

Estrutura dos Proveitos		
	2016	2015
Vendas e prestações serviços	17,33%	17,55%
Impostos e taxas	0,00%	0,00%
Transferências e subsidios	0,00%	0,00%
Proveitos suplementares	0,00%	0,00%
Outros proveitos e ganhos	74,28%	76,70%
Proveitos e ganhos financeiros	0,44%	0,27%
Proveitos extraordinarios	7,95%	5,49%

Após a análise a nível global, verifica-se que os resultados foram positivos em comparação com os do ano transato, devido essencialmente, ao aumento das receitas que relativamente ao ano anterior obtiveram um acréscimo de 4.622.793,49 €.

Os proveitos globais gerados foram de 65.950.594,29 € enquanto os custos totais totalizaram 53.968.043,68 €, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 11.982.550,61 €.

IV. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Município do Santa Maria da Feira apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2016.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do artigo 75.º da Nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula quais as entidades que devem fazer parte do perímetro de consolidação, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos, e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intemporal, bem como com outros sectores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho que aprova a orientação n.º 1/2011 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” obrigatoriamente aplicável ao Município do Santa Maria da Feira.

De acordo com a mesma Portaria, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nela contida.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

Todos os valores são apresentados em euros.

1. Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Entidade mãe

Empresa Mãe	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	N.º Trabalhadores
Município de Santa Maria da Feira	501 157 280	Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira	O Município de Santa Maria da Feira é um autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe são legalmente conferidas pela Lei 159/99, de 14 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, nomeadamente a Lei 75/2013, de 12 de setembro	768

- Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Motivo de Inclusão		N.º Trabalhadores	Observ.
				Detenção de capital			
				Direto	Indireto		
<i>Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,</i>	505.520.151	Praça da República 4520-174 Santa Maria da Feira	Administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de caráter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expectativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.	100%		74	Método Integral
<i>Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.</i>	504.134.353	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	Promoção e assunção de estratégia de desenvolvimento turístico do concelho de Santa Maria da Feira bem como gerir recursos e equipamentos de âmbito turístico, nomeadamente a exploração de água mineral e atividade termal.	50%		7	M.E.P.
<i>Energia-Agência de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto</i>	504.454.536	Rua dos Mourões, 476, sala 23 4410-136 São Félix da Marinha	Contribuir para a sustentabilidade e competitividade dos territórios aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.	20%		4	M.E.P.



Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Participação detida	Motivo de exclusão
<i>Suldoura, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A</i>	503 698 812	Aterro sanitário de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira Rua Conde Barão Sermonde	Tratamento e valorização dos Resíduos Urbanos do sistema multimunicipal do Sul do Douro, abrangendo os concelhos de Vila Nova Gaia e Santa Maria da Feira	15,00%	Não detém controlo
<i>Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular</i>	503 990 698	AV. Inferior Ponte D. Luís I, Nº55 4050-074 Porto	O Eixo Atlântico determina um espaço euro-regional inter-estatal cuja filosofia prossegue as orientações da União Europeia. Estes núcleos urbanos pretendem ser os autênticos motores de desenvolvimento no espaço regional em que se inserem e que se caracteriza por determinadas realidades sócio-culturais.	5,00%	Não detém controlo
<i>Fundação "Terras Santa Maria"</i>	502 556 773	Rua António Castro Corte Real	O Isovoga consiste numa instituição de ensino superior, particular de natureza politécnica que através do leque de cursos que disponibiliza e da investigação que promove, se propõe contribuir relevantemente para o desenvolvimento económico e social da região em que se integra.	10,00%	Não detém controlo
<i>ADCL-Águas do Centro Litoral, SA</i>	513 606 181	ETA da Boavista_ Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e do Saneamento	1,74%	Não detém controlo
<i>Águas do Norte, S.A.</i>	513 606 084	Avenida Osnabruck, 29 5000-427 Vila Real	Captação, tratamento, distribuição de água para consumo humano, recolha, tratamento e rejeição de efluentes, do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal	0,32%	Não detém controlo
<i>PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.</i>	502 823 305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 4.º esq. 4000-065 Porto	Agência de Desenvolvimento Regional	0,06%	Não detém controlo
<i>GAMP_Grande Área Metropolitana do Porto</i>	502 823 305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 1º 4000-065 Porto	Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional; Assegurar sustentadamente a competitividade regional; Promover a inclusão social e territorial.	8,21%	Não detém controlo
<i>Associação de Municípios Terras Santa Maria</i>	501 651 888	Edifício Villa Balbina Lugar do Parrinho 3700-189 S. João da Madeira	Planeamento, elaboração projectos, financiamento e execução, manutenção de atividades relacionadas com a articulação dos investimentos municipais e interesse intermunicipal	20,00%	Não detém controlo
<i>ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria</i>	508 225 736	Centro Cívico Justino Portal, 1º Andar Largo Justino Portal Cesar 3700-616 Oliveira de Azeméis	Dinamização das Zonas Rurais, Diversificação da Economia e Criação de Emprego, Melhoria da Qualidade de Vida	19,32%	Não detém controlo
<i>Retecork</i>	G 17994765	Espanha	Fomentar el desarrollo local de los territorios, corcheros y la sensibilización sobre la importancia y singularidad de supatrimonio natural y cultural mediante la valorización turística.	3,71%	Não detém controlo
<i>Turismo Porto e Norte, ER</i>	508 905 435	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	Gestão e promoção turística da área Regional de Turismo do Norte	1,16%	Não detém controlo
<i>Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira a)</i>	506 536 130	Praça da Republica, AP - 133, Santa Maria da Feira	Promoção, gestão e manutenção de formações musicais que verem a ser criadas no âmbito das suas atividades; a programação, organização e promoção do ensino e prática da música; estimular e divulgar a criação artística musical, em todas as suas expressões; apoiar novos artistas; apostar na formação de novos públicos; contribuir para a divulgação do Concelho de Stª Mª da Feira; promover a animação musical do município como elemento essencial do seu desenvolvimento turístico e social e fomentar o intercâmbio a nível nacional e internacional.	-	Excluída pela não detenção das contas assinadas e pela sua irrelevância
<i>ACF-Associação de Caminhos de Fátima</i>	513 836 250	Av. D. José Alves Correia da Silva, S/N 2495-402 Fátima	Fomento e defesa dos Caminhos de Fátima em todas as suas dimensões; ajuda ao peregrino e/ou caminhante; defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima	7,69%	Não detém controlo
<i>FAM - Fundo Apoio Municipal</i>	513 319 182	Rua Tenente Espanha, 20 1050-223 Lisboa	Fundo de Apoio Municipal	0,44%	Não detém controlo
<i>PERM, SA</i>	509 042 201	Edifício do GAT - Parrinho 3700-189 S. J. da Madeira	Criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo conceção, construção, e comercialização, gestão e exploração do parque empresarial de recuperação de materiais das Terras de Santa Maria	10,20%	participação indirecta
<i>Associação Nacional de Municípios Portugueses</i>	501 627 413	Av. Marnoco e Sousa 52 3004 511 Coimbra	Promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	Quota	Não detém controlo

Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 853 em 2016.

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

- a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Nova Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras Consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e entidades participadas e consolidadas relativamente ao exercício económico de 2016.

Foi derogada parte da norma de homogeneização dos procedimentos do cálculo das amortizações, sendo que as entidades do SEL realizaram as amortizações de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 sendo o gasto de depreciação imputado numa base sistemática durante a vida útil de cada bem, enquanto, o Município de Santa Maria da Feira realizou com base no CIBE;

- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração de resultados consolidados.**

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas no decurso do exercício na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de**

consolidação com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de Demonstrações Financeiras, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre as mesmas entidades.

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos Investimentos Financeiros relativamente à participação financeira no Feira Viva	51	564.488,43 €	41.1	942.230,83 €
	53	377.742,40 €		

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos subsídios atribuídos no exercício à Feira Viva	75	1.711.897,00 €	63	1.711.897,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação da faturação entre Município e Feira Viva	72	9.480,47 €	62	9.480,47 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação da faturação entre Município e Feira Viva	78	9.736,70 €	62	9.736,70 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação de saldo da Conta corrente Município	59	240,00 €	26	240,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação do registo do terreno e do equipamento do Pavilhão da Lavadeira e consequente eliminação das amortizações	42.1	498,81 €	59	121.598,48 €
	42.2	121.099,67 €		
	59	1.515.010,73 €	42.1	574.410,73 €
			42.2	940.600,00 €
	48.2	18.812,00 €	66	18.812,00 €
	66	1.513,75 €	48.2	1.513,75 €
	59	66.604,82 €	48.2	66.604,82 €
48.2	75.248,00 €	59	75.248,00 €	

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP do exercício 2016	41.1	61.072,97 €	59	61.072,97 €
	78	44.907,19 €	41.1	44.907,19 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP dos exercícios anteriores	59	184.377,22 €	41.1	184.377,22 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do proveito referente ao subsídios ao investimento (anos anteriores)	79	5.490,00 €	59	5.490,00 €

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do valor bruto do subsídio (antes de impostos diferidos)	59	214.478,50 €	59	214.478,50 €

No âmbito da consolidação, não se procedeu ao apuramento de “Badwill” ou de “Goodwill”, em virtude de o Município participar na sua empresa municipal desde a sua constituição.

Assim, entre o Município de Santa Maria da Feira e a empresa municipal Feira Viva o valor da anulação da participação financeira totaliza o montante de 942.230,83 €, conforme mapa elucidativo.

- b) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeiras e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- c) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- d) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**

Não aplicável.

- e) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no de curso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

f) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados na consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não aplicável.

g) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 4.5.2.2 das instruções, bem como das razões que justificaram a sua utilização;

Não aplicável.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participadas em entidades de natureza empresarial;

As contabilizações das participações financeiras estão mensuradas ao custo de aquisição.

4. Informações relativas ao endividamento de médio longo prazo

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art. 46º, nº1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Dívidas a terceiros de médio e longo prazo do Grupo Municipal	Município de Santa Maria da Feira	Feira Viva, E.M.	Orquestra	Total Grupo Municipal
Empréstimos obtidos (A pagar a médio e longo prazo)	26 388 609,46 €	- €	- €	26 388 609,46 €
Empréstimos obtidos (A pagar a curto prazo)	4 254 220,50 €	- €	- €	4 254 220,50 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM (A pagar a médio e longo prazo)	1 646 959,05 €	- €	- €	1 646 959,05 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM (A pagar a curto prazo)	411 739,00 €	- €	- €	411 739,00 €
TOTAL	32 701 528,01 €	0,00 €	0,00 €	32 701 528,01 €

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

COD. CONTA	Descrição da despesa	Capital em dívida em 31/12/2016	Exigibilidade dos Passivos		
			Menos de 1 ano (2016)	1 a 4 anos	Mais de 4 anos
<i>Município de Santa Maria da Feira</i>					
23.1.2.1.1	Empréstimos CGD				
23.1.2.1.1.08	Emprestimo 0306/002795/891	97.945,99 €	12.243,24 €	48.972,96 €	36.729,79 €
23.1.2.1.1.09	Emprestimo 0306/002798/291	388.458,35 €	43.162,04 €	172.648,16 €	172.648,15 €
23.1.2.1.1.11	Emprestimo 0306/002803/291	147.963,24 €	16.440,36 €	65.761,44 €	65.761,44 €
23.1.2.1.1.19	Emprestimo 9015/003024/991	316.668,80 €	28.396,98 €	112.759,64 €	175.512,18 €
23.1.2.1.1.20	Emprestimo 0306/002884/991	939.784,39 €	98.468,13 €	393.872,52 €	447.443,74 €
23.1.2.1.1.21	Emprestimo 0306/002885/791	1.412.365,58 €	147.983,93 €	591.935,72 €	672.445,93 €
23.1.2.1.1.22	Emprestimo 0306/002891/191	1.186.927,69 €	123.575,10 €	494.300,40 €	569.052,19 €
23.1.2.1.1.23	Emprestimo 0306/002892/991	1.078.186,33 €	107.318,87 €	429.275,48 €	541.591,98 €
23.1.2.1.1.24	Emprestimo 0306/002893/891	566.167,52 €	56.354,31 €	225.417,24 €	284.395,97 €
23.1.2.1.1.25	Emprestimo 9015/0002413/391	392.695,08 €	78.274,95 €	311.676,80 €	2.743,33 €
23.1.2.1.1.26	Emprestimo 901/0002414/191	666.634,01 €	132.431,77 €	529.727,08 €	4.475,16 €
23.1.2.1.1.27	Emprestimo 0306/0002894/691	833.829,27 €	75.412,31 €	301.649,24 €	456.767,72 €
23.1.2.1.1.29	Emprestimo 0306/0002883/091	52.594,08 €	52.580,19 €	13,89 €	0,00 €
23.1.2.1.1.30	Emprestimo 9015/004015/591	912.545,42 €	113.757,08 €	455.028,32 €	343.760,02 €
23.1.2.1.1.31	Emprestimo 9015/004430/491	1.016.572,92 €	116.179,76 €	464.719,04 €	435.674,12 €
23.1.2.1.1.32	Emprestimo 9140/0013641/991	59.148,09 €	6.572,00 €	26.288,00 €	26.288,09 €
23.1.2.1.1.33	Emprestimo 9140/0013644/391	88.851,17 €	9.872,36 €	39.489,44 €	39.489,37 €
23.1.2.1.1.34	Emprestimo 9140/0013471/891	36.868,77 €	4.096,52 €	16.386,08 €	16.386,17 €
23.1.2.1.1.35	Emprestimo 9140/0013474/291	39.586,41 €	4.398,48 €	17.593,92 €	17.594,01 €
23.1.2.1.1.36	Emprestimo 9015/004943/891	1.457.888,35 €	149.527,00 €	598.108,00 €	710.253,35 €
23.1.2.1.1.37	Emprestimo 9015/005386/991	118.344,98 €	11.270,96 €	45.083,84 €	61.990,18 €
23.1.2.1.1.38	Emprestimo 9015/005385/091	79.832,02 €	7.603,04 €	30.412,16 €	41.816,82 €
23.1.2.1.1.39	Emprestimo 9015/005384/291	73.927,78 €	7.040,74 €	28.162,96 €	38.724,08 €
23.1.2.1.1.40	Emprestimo 9015/005383/491	242.283,28 €	23.074,60 €	92.298,40 €	126.910,28 €
23.1.2.1.1.41	Emprestimo 9015/005579/991	122.833,81 €	11.166,70 €	44.666,80 €	67.000,31 €
23.1.2.1.3	Empréstimos BPI				
23.1.2.1.3.01	Emprestimo 1597861-165/001/0666	118.924,53 €	11.931,08 €	47.724,32 €	59.269,13 €
23.1.2.1.3.02	Emprestimo 1597861-165/002/0666	206.895,30 €	20.725,38 €	82.901,52 €	103.268,40 €
23.1.2.1.3.05	Emprestimo 001597861830008	4.972.016,21 €	379.393,58 €	1.517.574,32 €	3.075.048,31 €
23.1.2.1.3.06	Emprestimo 1597861.830.09-CentroEscolArraial-Sangue	81.728,05 €	5.380,59 €	21.522,36 €	54.825,10 €
23.1.2.1.3.07	Emprestimo 1597861.830.10-CentroEscolarLouredo	94.548,15 €	6.224,62 €	24.898,48 €	63.425,05 €
23.1.2.1.3.08	Emprestimo 1597861.830.11-CentroEscolarMosteiro	180.282,49 €	11.869,00 €	47.476,00 €	120.937,49 €
23.1.2.1.3.09	Emprestimo 1597861.830.12-CentroEscolarIgreja-LOBAO	128.209,14 €	8.440,12 €	33.760,48 €	86.008,54 €
23.1.2.1.3.10	Emprestimo 1597861.830.14-CentroEscolarSouto-Nogueira	105.772,55 €	6.963,12 €	27.852,48 €	70.956,95 €
23.1.2.1.3.11	Emprestimo 1597861.830.15-CentroEscolarSDomingos-ARGO	54.488,89 €	3.587,07 €	14.348,28 €	36.553,54 €
23.1.2.1.4	Empréstimos Novo Banco				
23.1.2.1.4.01	Emprestimo 503013262102	36.884,92 €	7.376,96 €	29.507,96 €	0,00 €
23.1.2.1.4.02	Emprestimo 503013262706	13.883,54 €	2.776,72 €	11.106,82 €	0,00 €
23.1.2.1.4.03	Emprestimo 503013262218	17.187,86 €	3.437,54 €	13.750,32 €	0,00 €
23.1.2.1.4.04	Emprestimo 503013262307	11.469,87 €	2.293,96 €	9.175,91 €	0,00 €
23.1.2.1.4.05	Emprestimo 503013262900	21.039,70 €	4.207,94 €	16.831,76 €	0,00 €
23.1.2.1.4.06	Emprestimo 503013262609	27.608,42 €	5.521,70 €	22.086,72 €	0,00 €
23.1.2.1.4.07	Emprestimo 503013262404	14.610,68 €	2.922,12 €	11.688,56 €	0,00 €
23.1.2.1.4.08	Emprestimo 503013262803	42.955,38 €	7.810,04 €	31.240,16 €	3.905,18 €
23.1.2.1.4.09	Emprestimo 503013262501	29.153,06 €	5.300,56 €	21.202,24 €	2.650,26 €
23.1.2.1.4.10	Emprestimo 50302382018	20.103,82 €	3.350,64 €	13.402,56 €	3.350,62 €
23.1.2.1.4.11	Emprestimo 503023082107	30.919,79 €	5.153,30 €	20.613,20 €	5.153,29 €
23.1.2.1.4.12	Emprestimo 503023082204	52.563,73 €	8.760,60 €	35.042,40 €	8.760,73 €
23.1.2.1.4.13	Emprestimo 503023082301	24.856,56 €	4.142,74 €	16.570,96 €	4.142,86 €
23.1.2.1.4.14	Emprestimo 503023082409	62.480,36 €	8.925,78 €	35.703,12 €	17.851,46 €
23.1.2.1.4.15	Emprestimo 503023082506	50.197,98 €	7.171,12 €	28.684,48 €	14.342,38 €



COD. CONTA	Descrição da despesa	Capital em dívida em 31/12/2015	Exigibilidade dos Passivos		
			Menos de 1 ano (2017)	1 a 4 anos	Mais de 4 anos
23.1.2.1.5.	Empréstimos Millenium/BCP				
23.1.2.1.5.01	Emprestimo 53735101	25 170,17 €	4 195,02 €	16 780,08 €	4 195,07 €
23.1.2.1.5.02	Emprestimo 53752561	58 973,19 €	9 828,84 €	39 315,36 €	9 828,99 €
23.1.2.1.5.03	Emprestimo 53746741	3 774,23 €	629,04 €	2 516,16 €	629,03 €
23.1.2.1.5.04	Emprestimo 53750621	47 864,86 €	7 977,46 €	31 909,84 €	7 977,56 €
23.1.2.1.5.05	Emprestimo 53748681	4 975,41 €	829,26 €	3 317,04 €	829,11 €
23.1.2.1.6	Empréstimos SantanderTotta				
23.1.2.1.6.01	Emprestimo 301299006096	53 751,39 €	5 972,36 €	23 889,44 €	23 889,59 €
23.1.2.1.6.02	Emprestimo 301298941096	57 514,63 €	6 390,50 €	25 562,00 €	25 562,13 €
23.1.2.1.6.03	Emprestimo 301876001096	55 794,81 €	5 873,14 €	23 492,56 €	26 429,11 €
23.1.2.1.6.04	Emprestimo 301876282096	13 555,21 €	1 426,86 €	5 707,44 €	6 420,91 €
23.1.2.1.6.05	Emprestimo 02849973096	2 212 115,38 €	221 211,54 €	884 846,16 €	1 106 057,68 €
23.1.2.1.6.06	Emprestimo 02858149096	99 433,00 €	9 469,80 €	37 879,20 €	52 084,00 €
23.1.2.1.6.07	Emprestimo 0003/03203576096	233 841,25 €	22 270,58 €	89 082,32 €	122 488,35 €
23.1.2.1.6.08	Emprestimo n. 0003/03203519096	303 471,83 €	28 902,08 €	115 608,32 €	158 961,43 €
23.1.2.1.6.09	Emprestimo 30091508501	182 905,50 €	33 255,56 €	133 022,24 €	16 627,70 €
23.1.2.1.6.10	Emprestimo 30091178501	53 564,00 €	9 738,88 €	38 955,52 €	4 869,60 €
23.1.2.1.6.11	Emprestimo 30091163501	243 708,00 €	44 310,56 €	177 242,24 €	22 155,20 €
23.1.2.1.6.12	Emprestimo 30091091501	61 111,00 €	11 111,12 €	44 444,48 €	5 555,40 €
23.1.2.1.6.13	Emprestimo 30091087501	177 344,50 €	32 244,44 €	128 977,76 €	16 122,30 €
23.1.2.1.6.14	Emprestimo 30091072501	62 516,50 €	11 366,68 €	45 466,72 €	5 683,10 €
23.1.2.1.6.15	Emprestimo (Fechos de redes em varias fregs conc.	38 672,81 €	13 047,12 €	25 625,69 €	0,00 €
23.1.2.1.6.16	Emprestimo (Complexo desportivo ampl.da pisc.fiaes	56 325,35 €	19 002,60 €	37 322,75 €	0,00 €
23.1.2.1.6.17	Emprestimo-Requalificação Urbana Conc.SMF 2ªFase	27 097,84 €	9 142,08 €	17 955,76 €	0,00 €
23.1.2.1.6.18	Emprestimo-Zona Ind.Romariz, SMF	72 922,36 €	24 601,84 €	48 320,52 €	0,00 €
23.1.2.1.6.19	Emprestimo-Eliminação Pont.conf.vias munic.3ªFase	22 567,05 €	7 613,40 €	14 953,65 €	0,00 €
23.1.2.1.6.20	Emprestimo-Recup./Amp. Edif.Primaria do Concelho	37 625,35 €	12 693,80 €	24 931,55 €	0,00 €
23.1.2.1.6.21	Emprestimo-Remod.e Amp.Edif.Termas Caldas S.Jorge	143 225,81 €	48 320,40 €	94 905,41 €	0,00 €
23.1.2.1.6.22	Emprestimo 30055267096	15 278,00 €	2 777,76 €	11 111,04 €	1 389,20 €
23.1.2.1.6.23	Emprestimo 30055275096	55 000,00 €	10 000,00 €	40 000,00 €	5 000,00 €
23.1.2.1.6.24	Emprestimo 30055283096	18 333,50 €	3 333,32 €	13 333,28 €	1 666,90 €
23.1.2.1.6.25	Emprestimo 30055291096	46 906,00 €	8 528,32 €	34 113,28 €	4 264,40 €
23.1.2.1.6.26	Emprestimo 304480736096	151 136,60 €	13 739,68 €	54 958,72 €	82 438,20 €
23.1.2.3.4	Direcção Geral do Tesouro				
23.1.2.3.4.01	Emprestimo "Programa pagar a tempo e horas	720 000,00 €	480 000,00 €	240 000,00 €	0,00 €
23.1.2.3.4.02	Emp."Regularização Extraordinária Dívida Estado" ¹	1 600 000,00 €	640 000,00 €	960 000,00 €	0,00 €
23.1.2.3.4.03	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	4 499 984,46 €	449 998,46 €	1 799 993,84 €	2 249 992,16 €
23.1.2.3.5.	Banco Europeu de Investimento				
23.1.2.3.5.01	Concepção/Construção Pav.DespFiaes-POVT-15-0353-FEDER-	402 770,22 €	66 990,04 €	267 960,16 €	67 820,02 €
23.1.2.3.5.02	Centro Criação Teatro e Artes Rua-Norte-08-0369-FEDER-0001	55 915,44 €	6 560,26 €	26 241,04 €	23 114,14 €
	Fundo de Apoio Municipal - FAM	2 058 698,05 €	411 739,00 €	1 646 959,05 €	- €
	<u>Feira Viva E. M.</u>	- €	- €	- €	- €
TOTAL		32 701 528,01 €	4 665 959,50 €	14 897 613,56 €	13 137 954,95 €

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

a) Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais

	Município	Empresa Municipal Feira Viva EM	TOTAL
	31/dez/16	31/dez/16	31/dez/16
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	17 288 910,77	14 409,54	17 303 320,31
Receitas orçamentais	59 500 350,12	6 287 551,92	65 787 902,04
Correntes	55 633 187,11	3 039 654,92	58 672 842,03
Capital	3 858 109,74	3 247 897,00	7 106 006,74
Outras	9 053,27	0,00	9 053,27
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	54 890 524,25	6 270 090,90	61 160 615,15
Correntes	34 769 647,59	4 599 465,78	39 369 113,37
Capital	20 120 876,66	1 670 625,12	21 791 501,78
Saldo final	21 898 736,64	31 870,56	21 930 607,20

6. Informações relativas a compromissos

- a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos futuros.



Classificação Económica	Descrição	Exercícios futuros
DESPESAS CORRENTES		19.475.087,54 €
01	Despesas com Pessoal	74.217,48 €
0103	Segurança Social	74.217,48 €
010301	Encargos com a Saúde	40.159,31 €
010305	Contribuições para a Segurança Social	31.803,95 €
01030502	Segurança Social - Funcionários Públicos	31.803,95 €
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	31.803,95 €
010308	Outras Pensões	2.254,22 €
02	Aquisição de Bens e Serviços	14.908.019,75 €
0201	Aquisição de Bens	3.262.355,40 €
020101	Matérias - Primas e Subsidiárias	2.216,50 €
020102	Combustíveis e Lubrificantes	295.146,01 €
02010201	Gasolina	26.324,07 €
02010202	Gasóleo	245.916,87 €
02010299	Outros	22.905,07 €
020104	Limpeza e Higiene	12.004,95 €
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	2.828.658,58 €
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	18.580,45 €
020108	Material de Escritório	16.835,17 €
020112	Material de Transporte	9.847,96 €
020113	Material de Consumo Hoteleiro	388,56 €
020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	6.970,32 €
020116	Mercadorias para venda	4.279,41 €
02011603	Outros	4.279,41 €
020117	Ferramentas e Utensílios	8.449,63 €
020118	Livros e Documentação Técnica	2.619,25 €
020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	7.370,57 €
020121	Outros Bens	48.988,04 €
0202	Aquisição de Serviços	11.645.664,35 €
020201	Encargos de Instalações	3.764.777,89 €
020202	Limpeza e Higiene	134.957,89 €
020203	Conservação de Bens	51.837,80 €
020204	Locação de Edifícios	1.283.306,42 €
020206	Locação de material de transporte	319.991,05 €
020208	Locação de Outros Bens	49.429,45 €
020209	Comunicações	92.810,96 €
020210	Transportes	335.992,00 €
020211	Representação dos Serviços	7.536,17 €
020212	Seguros	149.226,58 €
020213	Deslocações e Estadas	9.160,03 €
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	89.753,55 €
020215	Formação	1.196,38 €
020217	Publicidade	13.536,28 €
020218	Vigilância e Segurança	462.003,17 €
020219	Assistência Técnica	87.671,25 €
020220	Outros trabalhos especializados	371.722,98 €
020222	Serviços de Saúde	65.140,11 €
020224	Encargos de cobrança	14.031,28 €
020225	Outros Serviços	4.341.583,11 €
03	Juros e Outros Encargos	2.840.054,98 €
0301	Juros da Dívida Pública	2.833.439,44 €
030103	Sociedades Financeira - Bancos e Outras Instituições Financeiras	1.533.254,26 €
03010302	Empréstimos de médio e longo prazo	1.533.254,26 €
0301030201	Caixa Geral de Depósitos	485.714,91 €



Classificação Económica	Descrição	Exercícios futuros
DESPESAS CORRENTES		(continuação)
0301030202	Banco Português de Investimentos	835.913,62 €
0301030204	Novo Banco	37.872,32 €
0301030205	Millennium BCP	4.919,12 €
0301030206	Banco Santander Totta	111.693,10 €
0301030208	BEI	57.141,19 €
030105	Adminisyação Pública Central - Estado	1.300.185,18 €
03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	1.300.185,18 €
0302	Outros encargos decorrentes da dívida pública	1.585,55 €
030201	Despesas Diversas	1.585,55 €
0305	Outros juros	5.029,99 €
03050202	Juros de mora	5.029,99 €
04	Transferências Correntes	1.620.896,76 €
0403	Administração Central	421.052,20 €
040305	Serviços e Fundos Autonomos	421.052,20 €
0405	Administração Local	794.941,01 €
040501	Continente	794.941,01 €
04050102	Freguesias	784.941,01 €
04050104	Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	10.000,00 €
0407	Instituições sem fins lucrativos	402.770,59 €
040701	Instituições sem fins lucrativos	388.370,59 €
040702	Instituições sem fins lucrativos - Subsistema de proteção social cidadão	14.400,00 €
0408	Famílias	2.132,96 €
04080201	Programas Ocupacionais	2.132,96 €
06	Outras Despesas Correntes	31.898,57 €
0602	Diversas	31.898,57 €
060201	Impostos e Taxas	15.958,32 €
06020101	Impostos e taxas pagos pela Autarquia	15.958,32 €
060203	Outras	15.940,25 €
06020301	Restituições	1.748,55 €
06020305	Outras	14.191,70 €
DESPESAS DE CAPITAL		39.910.262,58 €
07	Aquisição de Bens de Capital	5.695.057,77 €
0701	Investimentos	2.750.562,68 €
070101	Terrenos	96.923,29 €
070102	Habitacões	67.072,98 €
07010203	Reparação e Beneficiacão	67.072,98 €
0701020301	Reparação e Beneficiacão - Admin. Local - Continente	67.072,98 €
070103	Edifícios	1.693.168,55 €
07010301	Instalacão de Serviços	73.796,86 €
0701030101	Instalacão de Serviços - Administraçao Local	73.796,86 €
07010302	Instalacões Desportivas e Recreativas	1.266.361,77 €
0701030201	Instalacões Desportivas e Recreativas -Adm. Local - Continente	1.266.361,77 €
07010305	Escolas	335.967,03 €
0701030501	Escolas -Adm. Local - Continente	335.967,03 €
07010307	Outros	17.042,89 €
0701030701	Outros	17.042,89 €
070104	Construções Diversas	529.389,57 €
07010401	Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares	1.036,30 €
0701040101	Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares - Adm. Local - Continente	1.036,30 €
07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	181.442,08 €
0701040201	Sistema de drenagem de águas residuais - Adm. Local - Continente	181.442,08 €
07010403	Estacões de Tratamento de águas residuais - Adm. Local - Continente	141.810,10 €
0701040301	Estacões de Tratamento de águas residuais - Adm. Local - Continente	141.810,10 €
07010404	Iluminaçao Pública	5.354,65 €
0701040401	Iluminaçao Pública - Adm. Local - Continente	5.354,65 €



Classificação Económica	Descrição	Exercícios futuros
DESPESAS DE CAPITAL		(continuação)
07010405	Parques e Jardins	14.449,58 €
0701040501	Parques e Jardins - Adm. Local - Continente	14.449,58 €
07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	1.351,51 €
0701040601	Instalações Desportivas e Recreativas - Adm. Local - Continente	1.351,51 €
07010407	Captação e Distribuição de água	29.595,72 €
0701040701	Captação e Distribuição de água - Adm. Local - Continente	29.595,72 €
07010408	Viação Rural	5.114,00 €
0701040801	Viação Rural - Adm. Local - Continente	5.114,00 €
07010409	Sinalização Rural	31.375,06 €
0701040901	Sinalização Rural - Adm. Local - Continente	31.375,06 €
07010413	Outros	117.860,57 €
0701041301	Outros	117.860,57 €
070106	Material de Transporte	110.499,14 €
07010602	Outros	16.404,14 €
0701060201	Outros	16.404,14 €
07010699		94.095,00 €
0701069901		94.095,00 €
070107	Equipamento de Informática	1.344,78 €
07010701	Equipamento de Informática - Adm. Local - Continente	1.344,78 €
070108	Software Informático	29.759,90 €
07010801	Software Informático - Adm. Local - Continente	29.759,90 €
070109	Equipamento Administrativo	80.257,08 €
07010901	Equipamento Administrativo - Adm. Local - Continente	80.257,08 €
070110	Equipamento Básico	2.730,49 €
07011002	Outros	2.730,49 €
0701100201	Outros	2.730,49 €
070111	Ferramentas e Utensílios	348,09 €
07011101	Ferramentas e Utensílios - Adm. Local - Continente	348,09 €
070115	Outros Investimentos	139.068,81 €
07011501	Outros Investimentos - Adm. Local - Continente	139.068,81 €
0703	Bens de Domínio Público	2.944.495,09 €
070303	Outras Construções e Infraestruturas	2.944.495,09 €
07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	2.851.640,39 €
07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	60.338,43 €
07030307	Captação e Distribuição de Águas Residuais	
07030313	Outros	32.516,27 €
08	Transferências de Capital	1.517.517,18 €
0805	Administração Local	1.227.042,00 €
080501	Continente	1.227.042,00 €
08050102	Freguesias	1.222.042,00 €
08050104	Associação de Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	5.000,00 €
0807	Instituições sem fins lucrativos	290.475,18 €
080701	Instituições sem fins lucrativos	290.475,18 €
09	Ativos Financeiros	2.058.695,05 €
0908	Unidades de Participação	2.058.695,05 €
090806	Administração Pública Central - Estado	2.058.695,05 €
10	Passivos Financeiros	30.638.992,58 €
1006	Empréstimos a médio e longo prazo	30.638.992,58 €
100603	Sociedades Financeiras - Banco e Outras Instituições Financeiras	23.819.008,12 €
10060301	Caixa Geral de Depósitos	12.325.088,01 €
10060302	Banco Português de Investimento	5.942.843,24 €
10060304	Novo Banco	455.915,67 €
10060305	Millennium BCP	140.757,86 €
10060306	Banco Santander Totta	4.495.717,68 €
10060308	BEI	458.685,66 €
100605	Administração Central do Estado	6.819.984,46 €
Total compromissos Futuros		59.385.350,12 €

- b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.**

Apenas o Município de Santa Maria da Feira prestou garantias, pelo que se descrevem no quadro infra:

Banco	Garantia n.º	Beneficiário	Valor
Santander totta	962300488011370	E.P. - Estradas de Portugal, SA	61 200,00 €
Santander totta	36230488084943	E.P. - Estradas de Portugal, SA	19 000,00 €
Santander totta		ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3 000,00 €
Novo banco	283599	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52 872,58 €
Novo banco	282429	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28 930,28 €
Banco comercial português	125-02-0101257	Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	165 102,10 €
Banco comercial português	125-02-0080724	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7 481,97 €
Banco comercial português	125-02-0091696	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11 677,48 €
Caixa geral de depósitos	9015.007661.293	Comissão C. Região Norte	404 738,61 €
Caixa geral de depósitos	0306.002693.493	Tribunal Judicial Vila Feira	15 921,63 €
Caixa geral de depósitos	0306.002697.793	Tribunal Judicial Vila Feira	5 112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002703.593	Tribunal Judicial Vila Feira	5 112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002732.993	Tribunal Judicial Vila Feira	1 084,89 €
Caixa geral de depósitos	0306.002710.893	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	0306.002714.093	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	0306.002718.393	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	0306.002725693	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	0306.002729.993	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21 €
Caixa geral de depósitos	0306.002736.193	Tribunal Judicial Vila Feira	110 913,66 €
Total			894 268,46 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito, às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

A imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras consolidadas só será assegurada se as entidades consolidadas prepararem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios e critérios uniformes.

Sem prejuízo do acima exposto, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se pelo conjunto dos princípios aplicados pela entidade mãe, assegurando a relevância, a materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a economicidade, a comparabilidade espacial e temporal, bem como a representação fidedigna da informação nelas contida.

Como referenciado no parágrafo anterior, na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais:

- **Imobilizado**

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo de aquisição (soma do respetivo preço de compra suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem).

As taxas de amortização utilizadas pelo Município correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE); as taxas utilizadas para

os ativos da empresa municipal Feira Viva são os previstos no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

O montante escriturado em Edifícios e Outras Construções na empresa municipal Feira Viva, foi reclassificado e recalculadas todas as amortizações, tendo em conta que o bem em causa - Pavilhão da Lavandeira – constou de uma transação entre a empresa mãe e a empresa consolidada no ano económico de 2011.

No que concerne aos equipamentos biológicos, a Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), não prevê esta natureza de equipamentos, nem a sua depreciação, pelo que subsidiariamente se aplica o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, não tendo que se aplicar a reclassificação.

- **Investimentos financeiros**

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo M.E.P., e pelo custo histórico, dependendo da situação em causa, nas contas individuais, pelo que se encontram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Existências**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo médio ponderado de aquisição no que se refere ao Município, enquanto os inventários da empresa Municipal Feira Viva EM é valorizada ao custo médio,

o qual é inferior ao valor realizável líquido, à exceção dos seguintes bens que foram mensurados pelo valor realizável líquido:

- sacos desportivos, roupões de piscina e toalhas de piscina.

- **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico, utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica de ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa corresponde aos encargos que poderão vir a ser efetivos no futuro, mas sobre os quais ainda não existe certeza de que venham mesmo a ocorrer e em que data, nomeadamente em função das idades dos saldos em dívida e nos processos em contencioso judicial.

As provisões para cobrança duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para:

- Dívidas em mora entre 6 e 12 meses foi constituída provisão de 50%;
- Dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída na totalidade da dívida.

- **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

- **Provisão para Riscos e Encargos**

O grupo regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações, coimas e outros.

- **Remunerações a liquidar**

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2016 perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2017.

- **Especialização de Exercícios**

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

- **Empréstimos**

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo de custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo. As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados, mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»:

Não aplicável.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

Mapa A – Ativo Bruto Consolidado

Ativo Bruto								2016
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
451 Terrenos e Recursos Naturais	2.995.999,91 €		932.847,22 €	- €	- €	15.879,80 €	- €	3.912.967,33 €
452 Edifícios	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
453 Outras Construções e Infra-estruturas	56.205.938,55 €		1.291.541,14 €	- €	- €	- €	- €	57.497.479,69 €
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	182.878,38 €		- €	- €	- €	- €	- €	182.878,38 €
459 Outros Bens de Domínio Público	173.852,94 €		15.628,42 €	- €	- €	- €	- €	189.481,36 €
445 Imobilizações em Curso	325.216,06 €		34.650,74 €	- €	- €	- €	- €	359.866,80 €
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
	59.883.885,84 €	- €	2.274.667,52 €	- €	- €	15.879,80 €	- €	62.142.673,56 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Imobilizações Incorpóreas	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
431 Despesas de Instalação	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
434 Concessões cedidas ao Município	21.412.260,76 €		- €	- €	- €	- €	- €	21.412.260,76 €
	21.412.260,76 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	21.412.260,76 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
421 Terrenos e Recursos Naturais	50.515.257,20 €		968.791,63 €	68.013,77 €	- €	464.811,12 €	573.911,92 €	50.377.312,02 €
422 Edifícios e Outras Construções	168.061.035,63 €		3.693.989,39 €	- €	- €	431.715,29 €	793.558,90 €	170.529.750,83 €
423 Equipamento Básico	4.743.897,88 €		82.203,83 €	- €	- €	10.837,77 €	- €	4.815.263,94 €
424 Equipamento de Transporte	2.302.156,64 €		28.528,56 €	- €	- €	50.212,56 €	- €	2.280.472,64 €
425 Ferramentas e Utensílios	1.243.630,02 €		88.953,89 €	- €	- €	67.003,29 €	- €	1.265.587,11 €
426 Equipamento Administrativo	4.488.520,77 €		98.393,87 €	- €	- €	59.727,39 €	- €	4.527.187,25 €
427 Taras e Vasilhames	35.718,23 €		- €	- €	- €	- €	- €	35.718,23 €
429 Outras Imobilizações Corpóreas	10.845.079,41 €		456.731,79 €	- €	- €	55.109,03 €	- €	11.246.702,17 €
442 Imobilizações em Curso	22.899.192,77 €		4.756.796,16 €	- €	2.480.390,23 €	- €	- €	25.175.598,70 €
448 Adiantamentos por Contas de Imobilizações Corpóreas	118.202,37 €		- €	- €	98.655,01 €	- €	- €	19.547,36 €
	265.252.690,92 €	- €	10.174.389,12 €	68.013,77 €	2.579.045,24 €	1.139.416,36 €	1.367.470,82 €	270.273.133,85 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
411 Partes de Capital	3.081.188,81 €		- €	- €	- €	75.000,00 €	1.110.442,27 €	1.895.746,54 €
412 Obrigações e Títulos de Participação	2.882.174,05 €		- €	- €	- €	- €	- €	2.882.174,05 €
414 Investimentos em Imóveis	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
415 Outras Aplicações Financeiras	- €		9,98 €	- €	- €	- €	- €	9,98 €
441 Imobilizações em Curso	28.496,15 €		- €	- €	- €	- €	- €	28.496,15 €
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €
	5.991.859,01 €	- €	9,98 €	- €	- €	75.000,00 €	1.110.442,27 €	4.806.426,72 €
TOTAL	352.540.696,53 €	- €	12.449.066,62 €	68.013,77 €	2.579.045,24 €	1.230.296,16 €	2.477.913,09 €	358.634.494,89 €

Mapa B - Amortizações/Ajustamentos Consolidados

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES					2016
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €	- €
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	29.098.256,75 €	2.866.955,53 €	- €	- €	31.965.212,28 €
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €	- €
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	7.311,50 €	701,21 €	- €	- €	8.012,71 €
	29.105.568,25 €	2.867.656,74 €	- €	- €	31.973.224,99 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	5.910,46 €	2.429,82 €	- €	- €	8.340,28 €
4834 CONCESSÃO CEDIDAS AO MUNICÍPIO	428.000,00 €	428.000,00 €	- €	- €	856.000,00 €
	433.910,46 €	430.429,82 €	- €	- €	864.340,28 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	32.094.167,11 €	3.540.103,10 €	68.242,61 €	- €	35.566.027,60 €
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	3.821.479,22 €	114.712,48 €	4.598,99 €	- €	3.931.592,71 €
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.097.569,02 €	37.127,47 €	49.803,54 €	- €	2.084.892,95 €
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS (OUTROS)	1.005.810,13 €	120.760,41 €	1.216,18 €	- €	1.125.354,36 €
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	4.075.872,49 €	123.124,75 €	13.275,30 €	- €	4.185.721,94 €
4827 TARAS E VASILHAME	30.973,64 €	4.744,59 €	- €	- €	35.718,23 €
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (SÓ BIOLÓGICOS)	8.896.851,15 €	562.495,93 €	87.293,49 €	- €	9.372.053,59 €
	52.022.722,76 €	4.503.068,73 €	224.430,11 €	- €	56.301.361,38 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €	- €
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €
Total.....	81.562.201,47 €	7.801.155,29 €	224.430,11 €	- €	89.138.926,65 €

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor:

Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Ver nota b) do n.º6.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Não aplicável

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. destas instruções e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

Remunerações atribuídas em 2016	NIPC	Valor
Município de Santa Maria da Feira	501 157 280	
Órgão Executivo		294 330,56 €
Órgão de Fiscalização (Gaspar Castro e Romeu Silva, Sroc, LDA)		14 760,00 €
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,	505 520 151	
Órgão Executivo		- €
Órgão de Fiscalização (Ângelo Couto & Carlos Ribeiro SROC)		4 960,00 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	504 134 353	
Órgão Executivo		41 962,00 €
Órgão de Fiscalização (António Magalhães & Carlos Santos)		3 382,50 €
Energiaia-Agencia de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504 454 536	
Órgão Executivo		- €
Órgão de Fiscalização (Paula Saraiva & Manuel Pereira, SROC)		2 100,00 €

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não aplicável.

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
681 Juros suportados	403 656,70 €	514 802,00 €	781 Juros obtidos	111 658,88 €	79 806,17 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeira			784 Rendimentos de participações de capital	135 233,21 €	20 382,67 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável	98,35 €	25,86 €	785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. de pronto pagamento obtidos	742,43 €	1 846,95 €
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787 Ganhos na alienação aplic. tesouraria		
688 Outros custos e perdas financeiras	35 107,43 €	46 680,53 €	788 Outros prov. e ganhos financeiros	53 031,25 €	63 300,10 €
Resultados Financeiros	-138 196,71 €	-396 172,50 €			
Total	300 665,77 €	165 335,89 €	Total	300 665,77 €	165 335,89 €

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros mantêm-se em valores negativos registando em 2016 um total de -138.196,71 €. Contudo, verifica-se uma variação positiva de 257.975,79 € em relação a 2015, ou seja, um melhor contributo para o resultado líquido do exercício.

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
691 Transferências de capital concedidas	1.876.920,48 €	2.032.510,89 €	791 Restituição de Impostos		41,02 €
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	9.478,06 €	4.490,27 €	793 Ganhos em existências	444.367,69 €	23.424,52 €
694 Perdas em imobilizações	88.267,13 €	12.959,65 €	794 Ganhos em imobilizações	1.344.971,08 €	773.461,98 €
695 Multas e Penalidades	4.910,07 €	3.412,26 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	749.979,36 €	199.783,51 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provisões	309.788,67 €	77.956,63 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	1.551.316,75 €	473.626,94 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	421.001,32 €	400.890,68 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	298.527,63 €	71.734,38 €	798 Outros Prov. E Ganhos Extraordinários	1.978.152,47 €	1.888.769,61 €
699 Outros Custos e Perdas	10.414,62 €				
Resultados Extraordinários	1.408.425,85 €	765.593,56 €			
Total	5.248.260,59 €	3.364.327,95 €	Total	5.248.260,59 €	3.364.327,95 €

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2016, apresentaram tal como no ano transato um resultado positivo, na ordem dos 1.408.425,85 €, contra o período anterior, que registou um resultado de 765.593,56 €.

Parte deste resultado deve-se, às “Correções relativas a exercícios anteriores”, que passou de 473.626,94 €, para 1.551.316,75 €.

No âmbito dos proveitos e ganhos a rubrica determinante para a formação do resultado foi a rubrica “Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” com o montante de 1.978.152,47 € e a rubrica “Ganhos em Imobilizações” com um valor de 1.344.971,08 €.

s) Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	4 326 206,65 €	1 130 239,13 €	- €	5 456 445,78 €
29.1.1	Clientes	38 210,10 €	- €	- €	38 210,10 €
29.1.2	Contribuintes c/c	- €	10,25 €	- €	10,25 €
29.1.3	Utentes	3 732 221,58 €	1 015 509,77 €	- €	4 747 731,35 €
29.1.3.1	Rendas da Habitação Social	417 020,45 €	251 538,80 €	- €	668 559,25 €
29.1.3.2	Saneamento/Resíduos Sólidos	2 610 605,59 €	622 128,63 €	- €	3 232 734,22 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	349 696,81 €	86 125,26 €	- €	435 822,07 €
29.1.3.9	Outras Situações	354 898,73 €	55 717,08 €	- €	410 615,81 €
29.1.4	Devedores Diversos	555 774,97 €	114 719,11 €	- €	670 494,08 €
29.2	Provisões para Riscos e Encargos	3 896 614,65 €	- €	240 774,18 €	3 655 840,47 €
29.2.1	Processos Judiciais em Curso	3 896 614,65 €	- €	240 774,18 €	3 655 840,47 €
39	Provisões para depreciações de existências	126 378,91 €	- €	- €	126 378,91 €
39.6	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	126 378,91 €	- €	- €	126 378,91 €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

Decomposição das provisões para riscos e encargos

Processo n.º	Valor reclamado 2016	Valor reclamado 2015
680/1999 do 4º civil do Tribunal judicial de Santa Maria da Feira	- €	184 674,54 €
469/06. OBEVIS	99 180,25 €	99 180,25 €
2935/07.OTBVFR - Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	- €	15 000,00 €
3788/08.7TBVFR - Expropriação	103 756,08 €	103 756,08 €
767/09.OBEVIS	143 614,25 €	143 614,25 €
1110/12.7TBVFR	- €	175 985,00 €
2947/14.8TBVFR - 2ºJCível do Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	- €	713 361,30 €
3134/14.0TBVFR - 3-ºJCível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Fei	2 419 856,97 €	2 419 856,97 €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39 920,00 €	39 920,00 €
433/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 001,00 €	- €
3261/16.0/8AVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30 001,00 €	- €
2/16.5T8VFR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	751 625,58 €	- €
1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	36 619,08 €	- €
Outros	1 266,26 €	1 266,26 €
Total	3 655 840,47 €	3 896 614,65 €
Diminuição		- 240 774,18 €

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Não aplicável.

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.

9. Informações diversas

1. Situações que afetem significativamente os impostos futuros

a) Impostos correntes

As empresas municipais são sujeitas passivas de Imposto sobre o Rendimento Coletivo. A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% sobre a matéria coletável, a taxa de derrama de 1,5% do lucro tributável, sendo a taxa de tributação autónoma aplicável de acordo com o artigo 88º do CIRC, embora a empresa municipal maioritariamente aplique a taxa do nº 3 do artigo referido, 10%.

b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais a partir de 2011, poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais considerem que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

2. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.



Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
09	CONTAS DE ORDEM	7.721.703,82 €	7.721.703,82 €	4.675.254,35 €	4.675.254,35 €	- €	- €
09.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.471.813,11 €	3.810.818,16 €	65.224,59 €	320.406,87 €	- €	1.594.187,33 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	2.470.901,61 €	3.347.221,52 €	65.224,59 €	277.472,79 €	- €	1.088.568,11 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	3.347.221,52 €	- €	277.472,79 €	- €	3.624.694,31 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	2.470.901,61 €	- €	65.224,59 €	- €	2.536.126,20 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	458.919,14 €	- €	40.766,58 €	- €	499.685,72 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	458.919,14 €	- €	40.766,58 €	- €	499.685,72 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	8.100,00 €	61.604,32 €	- €	5.857,50 €	- €	59.361,82 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	4.677,50 €	- €	2.167,50 €	- €	6.845,00 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
09.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	549.867,23 €	3.872.675,56 €	391.689,32 €	3.897.933,57 €	- €	6.829.052,58 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	56.926,82 €	- €	3.690,00 €	- €	60.616,82 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	7.188,50 €	- €	- €	- €	7.188,50 €	- €
09.3.2	Fornecedores de Imobilizado	542.678,73 €	3.815.748,74 €	391.689,32 €	3.894.243,57 €	- €	6.775.624,26 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	3.815.748,74 €	- €	3.894.243,57 €	- €	7.709.992,31 €
09.3.2.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	542.678,73 €	- €	391.689,32 €	- €	934.368,05 €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.9	CONTRAPARTIDA	4.661.813,38 €	38.210,10 €	4.218.340,44 €	456.913,91 €	8.385.029,81 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	1.339.005,05 €	- €	320.406,87 €	65.224,59 €	1.594.187,33 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	3.322.808,33 €	- €	3.897.933,57 €	391.689,32 €	6.829.052,58 €	- €
Total		7.721.703,82 €	7.721.703,82 €	4.675.254,35 €	4.675.254,35 €		

10.Outras Informações Relevantes

1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente” é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade”.

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se discrimina os processos em causa.

Não foram criadas provisões, dos processos supra citados, resultante da não indicação por parte dos advogados acerca da probabilidade da sentença.



	Processo n.º	Valor reclamado
720/06 - Ação Popular	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro /J	sem indicação de valor
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo/CR	sem indicação de valor
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu/I	sem indicação de valor
610/09.OBEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/J	sem indicação de valor
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
916/11.9BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
158/11.3BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
916/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
964/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1814/06.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
886/13.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
65/14.8RBVFR	Comarca de Aveiro, Santa Maria da Feira J1	sem indicação de valor
308/12.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
326/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
493/15.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
648/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
671/15.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
697/13.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
726/14.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
808/15.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
825/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
3022/16.6T8VFR	3ºª Cível da Comarca de Aveiro	sem indicação de valor
2544/14.8TBVFR	2ºª Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
36/15.7BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
474/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
822/15.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
827/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
471/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
756/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1273/16.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
843/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor

ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS

**BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE
DEZEMBRO DE 2016**

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Exercício	
		2016	2015
		AL	AL
	Imobilizado:		
	<i>Bens de domínio público</i>		
451	Terrenos e recursos naturais	3.912.967,33 €	2.995.999,91 €
452	Edifícios	- €	- €
453	Outras construções e infra-estruturas	25.532.267,41 €	27.107.681,80 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	182.878,38 €	182.878,38 €
459	Outros bens de domínio público	181.468,65 €	166.541,44 €
445	Imobilizações em curso	359.866,80 €	325.216,06 €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €
		30.169.448,57 €	30.778.317,59 €
	<i>Imobilizações incorpóreas</i>		
431	Despesas de instalação	- €	- €
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	- €	- €
433	Propriedade industrial e outros direitos	20.547.920,48 €	20.974.760,74 €
443	Imobilizações em curso	- €	- €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €
		20.547.920,48 €	20.974.760,74 €
	<i>Imobilizações corpóreas</i>		
421	Terrenos e recursos naturais	50.377.312,02 €	49.941.345,28 €
422	Edifícios e outras construções	134.963.723,23 €	135.048.431,03 €
423	Equipamento básico	883.671,23 €	873.115,47 €
424	Equipamento de transporte	195.579,69 €	156.047,94 €
425	Ferramentas e utensílios	140.226,35 €	151.984,81 €
426	Equipamento administrativo	341.465,31 €	341.026,49 €
427	Taras e vasilhame	- €	4.744,59 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.874.648,58 €	1.901.735,51 €
442	Imobilizações em curso	25.175.598,70 €	22.899.192,77 €
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	19.547,36 €	118.202,37 €
		213.971.772,47 €	211.435.826,26 €
	<i>Investimentos financeiros</i>		
411	Partes de capital	1.742.547,46 €	1.810.532,89 €
412	Obrigações e títulos de participação	2.882.174,05 €	2.882.174,05 €
414	Investimentos em imóveis	- €	- €
413	Outras aplicações financeiras	9,98 €	- €
441	Imobilizações em curso	28.496,15 €	11.496,15 €
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €
		4.653.227,64 €	4.704.203,09 €
	Circulante:		
	<i>Existências:</i>		
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	322.684,77 €	320.377,81 €
35	Produtos e trabalhos em curso	- €	- €
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €
33	Produtos acabados e intermédios	- €	- €
32	Mercadorias	31.949,74 €	32.535,39 €
37	Adiantamentos por conta de compras	- €	- €
		354.634,51 €	352.913,20 €



CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	Exercício	
		2016	2015
		AL	AL
	<i>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</i>		
28	Empréstimos concedidos	- €	- €
211	Cientes c/c	107.347,77 €	42.405,34 €
212	Contribuintes c/c	53.192,99 €	62.536,15 €
213	Utentes c/c	1.931.178,68 €	2.987.464,58 €
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.892,09 €	3.892,09 €
251	Devedores pela execução do orçamento	- €	- €
229	Adiantamentos a fornecedores	- €	- €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	- €	- €
24	Estado e outros entes públicos	989.000,38 €	14.316,94 €
264	Administração autárquica	- €	- €
262+263+267+268	Outros devedores	733.484,07 €	2.677.321,36 €
		3.818.095,98 €	5.787.936,46 €
	<i>Títulos negociáveis:</i>		
151	Ações	- €	- €
152	Obrigações e títulos de participação	- €	- €
153	Títulos de dívida pública	- €	- €
159	Outros títulos	- €	- €
18	Outras aplicações de tesouraria	- €	- €
		- €	- €
	<i>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</i>		
12	Depósitos em instituições financeiras	24.325.312,32 €	18.819.955,62 €
11	Caixa	8.373,44 €	14.317,00 €
		24.333.685,76 €	18.834.272,62 €
	<i>Acréscimos e diferimentos:</i>		
271	Acréscimos de proveitos	21.045.623,15 €	20.590.546,25 €
272	Custos diferidos	69.423,20 €	34.968,86 €
		21.115.046,35 €	20.625.515,11 €
	Total do Activo	318.963.831,76 €	313.493.745,07 €



CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2016	2015
	Fundos próprios:		
51	Património	87.550.325,98 €	87.040.101,00 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	- €	- €
56	Reservas de reavaliação	- €	- €
	Reservas:	- €	- €
571	Reservas legais	4.408.958,33 €	3.848.946,30 €
572	Reservas estatutárias	- €	- €
573	Reservas contratuais	- €	- €
574	Reservas livres	- €	- €
575	Subsídios	2.529.581,99 €	2.529.581,99 €
576	Doações	2.590.540,26 €	2.535.265,39 €
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	22.069.138,65 €	22.497.138,65 €
59	Resultados transitados	86.297.296,56 €	72.449.108,49 €
88	Resultado líquido em exercício	11.982.550,61 €	11.055.562,82 €
		217.428.392,38 €	201.955.704,64 €
	Passivo:	- €	- €
292	Provisões para riscos e encargos	3.655.840,47 €	3.896.614,65 €
		3.655.840,47 €	3.896.614,65 €
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e longo prazos	26.388.609,46 €	35.146.561,56 €
	Acordos pagamento	- €	- €
223	Fornecedores c/c, mlp	- €	- €
2617	Fornecedores de imobilizado, c/c	- €	- €
2684712	FAM	1.646.959,05 €	2.058.697,05 €
26812712	Subvenções reembolsáveis	289.223,78 €	- €
		28.324.792,29 €	37.205.258,61 €
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	- €	- €
2312	Empréstimos mlp _amortizações exigíveis a curto prazo	4.254.220,50 €	4.690.524,06 €
269	Adiantamentos por conta de vendas	637.505,02 €	293.239,88 €
221	Fornecedores c/c	961.130,34 €	802.978,17 €
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	780.270,71 €	170.575,28 €
252	Credores pela execução do orçamento	- €	- €
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	- €
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	18.648,46 €	52.832,68 €
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confer	31.026,39 €	7.605,61 €
24	Estado e outros entes públicos	360.080,40 €	295.021,46 €
264	Administração autárquica	13.120,35 €	6.063,53 €
262+263+267+268	Outros credores	1.191.314,37 €	734.550,33 €
222+2612+262	Garantias e Cauções	1.594.975,00 €	1.341.960,22 €
		9.842.291,54 €	8.395.351,22 €
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2.975.842,22 €	2.476.718,69 €
274	Proveitos diferidos	56.736.672,86 €	59.564.097,26 €
		59.712.515,08 €	62.040.815,95 €
	Total do Passivo	101.535.439,38 €	111.538.040,43 €
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	318.963.831,76 €	313.493.745,07 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA DO MUNICÍPIO
DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Código das Contas	Descrição	Exercícios	
		2016	2015
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	52.473,17	46.251,67 €
	Matérias	2.431.493,21	1.425.010,07 €
	2.483.966,38 €		1.471.261,74 €
62	Fornecimentos e serviços externos:	19.939.872,56 €	18.372.598,53 €
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	11.771.819,79 €	11.768.811,45 €
643 a 648	Encargos sociais	3.467.932,67 €	3.313.248,41 €
	15.239.752,46 €		15.082.059,86 €
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	2.829.398,74 €	2.355.981,99 €
66	Amortizações do exercício	7.731.221,23 €	7.789.429,17 €
67	Provisões do exercício	1.199.253,62 €	1.775.595,35 €
65	Outros custos operacionais	266.480,89 €	265.068,56 €
	(A)	49.689.945,88 €	47.111.995,20 €
68	Custos e perdas financeiros	438.863,06 €	561.508,39 €
	(C)	50.128.808,94 €	47.673.503,59 €
69	Custos e perdas extraordinários	3.839.234,74 €	2.598.734,39 €
	(E)	53.968.043,68 €	50.272.237,98 €
88	Resultado líquido do exercício.....	11.982.550,61 €	11.055.562,82 €
	(X)	65.950.594,29 €	61.327.800,80 €
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias		47.348,31 €
7112+7113	Venda de produtos	68.593,63 €	- €
	(B)	- €	- €
712	Prestações de serviços	11.358.112,69 €	10.714.280,95 €
		11.426.706,32 €	10.761.629,26 €
		11.426.706,32 €	10.761.629,26 €
72	Impostos e taxas	26.991.024,15 €	26.316.619,80 €
(a)	Variação da produção	- €	- €
75	Trabalhos para a própria entidade	1.990.689,79 €	985.416,62 €
73	Proveitos suplementares	1.022,44 €	679,32 €
74	Transferências e subsídios obtidos	19.971.065,01 €	19.688.020,94 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	36.361,76 €	45.771,02 €
	(B)	48.990.163,15 €	47.036.507,70 €
		60.416.869,47 €	57.798.136,96 €
78	Proveitos e ganhos financeiros	290.944,07 €	165.335,89 €
	(D)	60.707.813,54 €	57.963.472,85 €
79	Proveitos extraordinários	5.242.780,75 €	3.364.327,95 €
	(F)	65.950.594,29 €	61.327.800,80 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	10.726.923,59 €	10.686.141,76 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	- 147.918,99 €	- 396.172,50 €
	Resultados Correntes: (D - C)	10.579.004,60 €	10.289.969,26 €
	Resultados Líquido do Exercício: (F - E)	11.982.550,61 €	11.055.562,82 €

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA
A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior	18 834 272,62 €	Despesas orçamentais	61 160 615,15 €
Execução orçamental	17 303 320,31 €	Correntes	39 369 113,37 €
Operações de tesouraria	1 530 952,31 €	Capital	21 791 501,78 €
Receitas	65 787 902,04 €	Operações de Tesouraria	3 077 387,67 €
Correntes	58 672 842,03 €	Saldo para a gerência seguinte	24 333 685,76 €
Capital	7 106 006,74 €	Execução orçamental	21 930 607,20 €
Outras	9 053,27 €	Operações de tesouraria	2 403 078,56 €
Operações de Tesouraria	3 949 513,92 €		
Total	88 571 688,58 €	Total	88 571 688,58 €